

Maíra Araújo Cândida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em
Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável PACPS -EAUFMG

**A PAISAGEM INDUSTRIAL NO INICIO DO SÉCULO XXI:
Transformações da Paisagem e (re)conhecimento do Patrimônio Industrial
operário em Caeté/MG**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Staël de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG

2017

Maíra Araújo Cândida

**A PAISAGEM INDUSTRIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:
Transformações da Paisagem e (re)conhecimento do Patrimônio Industrial
operário em Caeté/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens culturais, tecnologia e território

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Staël de Alvarenga Pereira Costa

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura da UFMG

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

C217p

Cândida, Maíra Araújo.

A paisagem industrial no início do século XXI [manuscrito] : transformações da paisagem e o (re)conhecimento do Patrimônio Industrial em Caeté (MG) / Maíra Araújo Cândida. - 2017.

91 f. : il.

Orientadora: Staël de Alvarenga Pereira Costa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Habitação popular - Teses. 2. Paisagens - Teses. 3. Patrimônio histórico - Indústrias - Teses. 4. Caeté (MG) - Teses. I. Costa, Staël de Alvarenga Pereira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 363.5

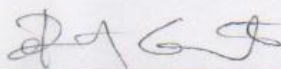
Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Maira Araújo Cândida

"A PAISAGEM INDUSTRIAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: Transformações da Paisagem e o (re) conhecimento do Patrimônio Industrial operário em Caeté/MG"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Beatriz D'Alencar Araújo Couto (EA/UFMG)



Prof. Dra. Marina Salgado (PUC/MG)



Prof. Dra. Stael de Alvarenga Pereira Costa (EA/UFMG - orientadora)

Belo Horizonte, 26 de abril de 2017.

RESUMO

CÂNDIDA, Máira Araújo. *A PAISAGEM INDUSTRIAL NO INICIO DO SÉCULO XXI: Transformações da Paisagem e (re)conhecimento do Patrimônio Industrial operário em Caeté/MG*. 2017. 91 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

O início do século XX foi caracterizado pela primeira industrialização brasileira, marcada principalmente pelas indústrias têxtil, metalúrgica e siderúrgica. Estas indústrias complexas se instalaram em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, numa estratégia locacional, fato que demandou o seu auto suprimento de matérias primas e recursos básicos para sua manutenção, além de buscar em suas proximidades a mão de obra necessária à sua produção.

É neste contexto, o qual se tem a formação de diversas experiências de vilas operárias no Brasil, como forma de suprir a demanda de mão de obra para estas indústrias, que se concentraram na região sudeste do país, no qual há varias exemplares no Estado de Minas Gerais.

O estudo desta pesquisa consiste em analisar o Conjunto Habitacional Operário situado no bairro José Brandão, na cidade de Caeté, Minas Gerais. Este Conjunto Habitacional vinculado à siderúrgica Companhia Ferro Brasileiro é um dos registros da experiência mineira de implantação do sistema de fábrica com vila operária.

As vilas e conjuntos habitacionais operários se configuraram como espaço de produção e reprodução da vida trabalhadora, ao tempo que se tornou local de extensão do controle e da hierarquia fabril. Para a manutenção e permanência dos trabalhadores nestas, o provimento da habitação estava associado à oferta de serviços como escolas, hospitais, serviços de saúde e, em alguns casos, de cinemas e clubes de lazer.

Ao final do século XX, com o crescimento e aumento da concentração da população nas cidades brasileiras, estas vilas e conjunto habitacionais operários, que outrora se encontravam segregados do espaço urbano, passam a integra-lo e, em alguns casos, passam a constituir-se como o próprio espaço urbano, transformando-se em cidades.

No início do século XXI, estes ambientes operários constituem-se como componentes da paisagem urbana citadina e tornam-se registros deste período industrial. Contudo, este espaço sujeito a diversas transformações é objeto de impasses, à medida que se torna (re)conhecido como Patrimônio Industrial e, concomitantemente, mantém-se como espaço de produção e reprodução da vida, a qual possui novas necessidades e demandas contemporâneas, que incidem diretamente sobre a forma urbana deste ambiente construído.

No Brasil, as pesquisas acerca do patrimônio industrial e sua paisagem são relativamente recentes e este campo se encontra em construção. O reconhecimento destes ambientes fabris são ações embrionárias e que necessitam de estímulos.

Esta pesquisa se propõe a contribuir com este processo de discussão sobre o reconhecimento e valorização destes espaços industriais. Em tempo, também busca a reflexão sobre a gestão deste ambiente construído, que para além da percepção e abordagem patrimonial deste espaço, contemple a diversidade e a complexidade dos diversos grupos e agentes sociais que o habitam e o transformam a partir do cotidiano da vida citadina.

Á esta pesquisa é fundamental a abordagem interdisciplinaridade, que propõe a intensificação do diálogo e da integração conceitual e metodológica nos diferentes campos do saber. A partir da interdisciplinaridade neste estudo possibilita-se a conexão e integração dos campos da Arquitetura, Economia, Geografia, Planejamento Urbano, sociologia.

Palavras-chave: Caeté; Companhia Ferro Brasileiro; Paisagem; Patrimônio Industrial; Vila Operária.

ABSTRACT

CANDIDA, Maíra Araújo. *THE INDUSTRIAL LANDSCAPE AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY: Landscape Transformations and (re) knowledge of the Industrial Workers' Heritage in Caeté / MG*. 2017. 91 p. Dissertation (Master's) - School of Architecture. Federal University of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

The first moment of the Brazilian industrialization is considered the beginning of the twentieth century. The main industries installed at this moment are the textile, metallurgical and steel facilities. As a locational strategy, these complex industries were settled in regions farthest from the major urban centers. This decision demanded their self-supply of raw materials and basic resources for their maintenance and the need to seek in the vicinity the workforce necessary for their production.

It is the context of the formation of various experiences of working-class villages in Brazil as a way to undertaken the industries's demand of labour supplying. The most part of these facilities were concentrated in the southeastern region of the country and several units were in the State of Minas Gerais.

The study of this research consists of analysing the Operational Housing Set located in José Brandão, a neighbourhood of the city of Caeté, Minas Gerais. This Housing Set, linked to the Companhia Ferro Brasileiro, is one of the records of the mining experience of implanting the factory system with a working village.

The working-class villages and operational housings became a space for production and reproduction of working life. This place has also become an extension of factory's control and hierarchy. The maintenance and permanence of the workers in these villages was associated with the provision of services such as schools, hospitals, health services and, in some cases, cinemas and leisure clubs.

With the growth and increase of population concentration in Brazilian cities at the end of the twentieth century, these villages and workers' housing complexes, which were once segregated from urban space, began integrated in it and, in some cases turned as urban space itself, becoming new cities.

At the beginning of the 21st century, these working environments are constituted as components of the Urban Landscape and become records of this industrial period.

However, this environment exposed to various transformations is subject of deadlocks because it becomes (re)known as Industrial Heritage and, at the same time, it remains as a place of production and reproduction of contemporary life whose new needs and requests influence directly at this built environment.

In Brazil, the industrial heritage and its landscape researches are relatively recent and this field is under construction. The recognition of these manufacturing environments are embryonic actions that require stimulation.

This research proposes contribute with the discussion process about the recognition and valorization of these industrial spaces. More than the heritage approach of this space, it seeks to reflect on the management of this built environment, contemplate the diversity and complexity of the various groups and social agents that inhabit it and transform it from the daily life of city life.

The interdisciplinary approach is fundamental for this work because it proposes the intensification of the dialogue and conceptual and methodological integration in the different fields of knowledge for example: Architecture, Economics, Geography, Urban Planning, sociology.

Keywords: Caeté; Companhia Ferro Brasileiro; Landscape; Industrial Heritage; Working-class Village.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Localização do município de Caeté no estado de Minas Gerais.....	16
Figura 2 Evolução do processo de ocupação do distrito Sede do município de Caeté-MG.	33
Figura 3 Vista parcial da estrutura da Companhia Ferro Brasileiro situada no bairro José Brandão, em Caeté/MG.....	34
Figura 4 Encarte publicado no Jornal Diário Carioca na década de 1930.....	35
Figura 5 A estação José Brandão, ainda com trilhos, sem data.....	35
Figura 6 Delimitação do Conjunto Habitacional Operário dentro do distrito Sede do município de Caeté, em meados do século XX	36
Figura 7 Incorporação de municípios à RMBH de 1974 a 2002.....	41
Figura 8 Delimitação do eixo leste da RMBH e relação com a cidade polo.	42
Figura 9 Estrutura Urbana de Caeté, em 2017.....	48
Figura 10 Estrutura Urbana do bairro José Brandão e delimitação do Conjunto Habitacional Operário.....	50
Figura 11 Presença da estrutura fabril na paisagem urbana de Caeté, no início do séc. XXI. Vista a partir do bairro José Brandão.	52
Figura 12 Registro da Companhia Ferro Brasileiro na segunda metade do século XX.	52
Figura 13 Estrutura fabril da antiga Companhia Ferro Brasileiro e da Fábrica de produtos alimentícios Emboabas, na paisagem urbana do bairro José Brandão, em Caeté.....	53
Figura 14 Vista aérea da implantação da antiga Cia. Ferro Brasileiro.	55
Figura 15 Escola Municipal João Monlevade situada na Praça Getúlio Vargas.....	56
Figura 16 Igreja São Francisco de Assis na avenida Padre Vicente C. Borges.	56
Figure 17 Antiga Hospedaria situada na rua Presidente Kennedy	56
Figure 18 Secretaria Municipal de Educação na avenida Padre Vicente C. Borges.	56

Figura 19 Supermercado situado a Rua Padre Vigente Borges.	57
Figura 20 Imóveis comerciais situados na avenida Calos Cruz.	57
Figura 21 Imóvel residencial, situada na rua José Custódio Filho. Tipo RUI.	58
Figura 22 Imóvel residencial, situada na avenida Padre Vicente C. Borges. Tipo RUI.	58
Figura 23 Residência unifamiliar, situada na Rua 20. Tipo RUI.....	58
Figura 24 Residência unifamiliar, situada na Rua Presidente Kennedy Tipo RUI. ...	58
Figura 25 Conjunto Habitacional operário com a identificação dos diversos tipos existentes.....	59
Figura 26 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua 20. Tipo RUG. ...	61
Figura 27 móvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua 20. Tipo RUG.	61
Figura 28 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua José Fontoura Dutra. Tipo RUG.....	61
Figura 29 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua Presidente Kennedy. Tipo RUG.....	61
Figura 30 Imóvel residencial em fita na rua José Custódio Filho. Tipo RUF.....	62
Figura 31 Imóvel residencial em fita na rua Domingos A Teixeira. Tipo RUF.....	62
Figura 32 Imóvel residencial em fita situado na Rua Primeiro de Maio. Tipo RUF. ...	62
Figura 33 Imóvel residencial em fita situado Rua Juvenal A. Vilela. Tipo RUF.....	62
Figura 34 Quarteirão próximo ao Conjunto	63
Figura 35 Traçado altimétrico	63
Figura 36 Imóveis a Rua Raimundo Peixoto.....	63
Figura 37 Imóvel na Rua Raimundo Peixoto.	63
Figura 38 Imóveis na Rua Santa Cruz.	64
Figura 39 Imóveis na Rua Gualter Duarte.	64
Figura 40 Recorte do Anexo A com delimitação do Conjunto Habitacional, na década de 1970.....	67

Figura 41 Recorte do bairro José Brandão com delimitação do Conjunto Habitacional, na década de 2010.....	67
Figura 42 Comércio situado na avenida Padre Vicente Cornélio Borges. Substituição do tipo RUI	69
Figura 43 Comércio situado na avenida Padre Vicente Cornélio Borges. Substituição do tipo RUI	69
Figura 44 Tipo RUI situado na rua José Custódio Filho.	69
Figura 45 Tipo RUI situado na rua 12	69
Figura 46 Substituição e alteração do padrão de ocupação sobre o solo na avenida Padre Vicente C. Borges	70
Figura 47 Substituição e alteração do padrão de ocupação sobre o solo na avenida Padre Vicente C. Borges	70
Figura 48 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua Presidente Kennedy...	71
Figura 49 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua Presidente Kennedy...	71
Figura 50 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua José Fontoura Dutra ..	71
Figura 51 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua José Fontoura Dutra ..	71
Figura 52 Transformações sobre a forma e a altimetria do Tipo RUF, situado na rua Gualter Duarte.....	72
Figura 53 Transformações sobre a forma e a altimetria do Tipo RUF, situado na rua Gualter Duarte.....	72
Figura 54 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua 14.....	73
Figura 55 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte	74
Figura 56 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte	74
Figura 57 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte	74
Figura 58 Edificação residencial multi familiar inserida na paisagem do Conjunto Habitacional.....	83
Figura 59 Edificação residencial multi familiar inserida na paisagem do Conjunto Habitacional.....	83

Tabela 1 População de Caeté e da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas décadas de 1950 a 2010.....	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFB – Companhia Ferro Brasileiro

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INDUSTRIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO	27
2.1	Aspectos da primeira industrialização brasileira no início do século XX e a relação locacional da indústria no território	27
2.2	A formação industrial de Caeté no início do século XX e os impactos sobre a estrutura urbana local	32
2.3	A Região Metropolitana de Belo Horizonte e a formação contemporânea de Caeté	37
3	PERCEPÇÕES DA PAISAGEM E DA MORFOLOGIA URBANA.....	44
3.1	A ideologia no projeto urbanístico: O bairro José Brandão e o primeiro Conjunto Habitacional Operário do século XX, em Caeté/MG	44
3.2	Percepção Ambiental e Estrutura Urbana: uma análise sobre o tecido urbano do Conjunto Habitacional Operário	47
3.3	Do padrão de uso e ocupação do solo às edificações no projeto urbanístico do Conjunto Habitacional Operário	54
4	TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA INDUSTRIAL.....	66
4.1	Da quadra ao lote e à edificação: análise das transformações temporais nas residências no Conjunto Habitacional Operário da primeira metade do século XX...	66
4.2	O re(conhecimento) do Patrimônio Industrial no Brasil	75
4.3	Reflexões sobre a dinâmica cotidiana citadina e os impasses sobre a conservação do Patrimônio Industrial em Caeté/MG	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84

REFERENCIAS 86

ANEXOS..... 90

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de pós-graduação Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, está inserido linha de pesquisa Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído.

Esta linha de pesquisa aborda questões relacionadas à gestão do patrimônio cultural, com uma das ênfases sobre a paisagem, a qual envolve conhecimentos do planejamento urbano articulando-os à uma reflexão sobre a gestão de bens culturais sujeitos a perda da qualidade ambiental.

O enfoque desta pesquisa se dá sobre a paisagem urbana e sua relação com questões patrimoniais, a qual busca construir uma análise sobre as transformações da paisagem interpelando acepções da conservação em escala urbana, que envolve desde o edifício, o lote, a quadra, o bairro e a cidade.

Tratando-se da paisagem urbana, este estudo, inicia sua análise a partir da escala da cidade, perpassando pelas escalas menores até alcançar o edifício e suas transformações temporais. A análise parcial ou fragmentada do ambiente urbano, possivelmente, não será capaz de trazer a compreensão de todos os processos que constroem este espaço.

Dentro disto, parte-se da compreensão da cidade como uma construção no espaço, perceptível no decurso de longos períodos de tempo, na qual todo cidadão possui numerosas relações com diversas de suas partes e sua paisagem está impregnada de memórias e significações (LYNCH, 1982).

A paisagem, que dentro da campo patrimonial, é compreendida como um suporte diferenciado da memória, que possui origem coletiva e está em constate transformação (CASTRIOTA, 2009), é analisada também, pela arquitetura paisagística, como resultado e expressão de diferentes formas de ocupações que transformam o ambiente em um determinado tempo (MACEDO,1999).

Compreender o processo de transformação da paisagem perpassa pelo conhecimento da construção e da dinâmica do ambiente construído e, para isso, são necessárias a identificação de todas as especificidades que atuam sobre o território e suas partes.

O estudo da paisagem, por esta pesquisa, realiza o recorte sobre a transformação das cidades brasileiras no início do século XX a partir da primeira industrialização, a qual causou impactos significativos sobre o espaço urbano.

Diversas indústrias de grande porte, dos mais distintos ramos, durante o período da primeira industrialização se instalaram em cidades de pequeno e médio porte, próximas aos grandes centros urbanos, numa estratégia locacional tanto com relação a presença de matérias primas como para escoamento da produção e garantia de mão de obra.

Este afastamento dos grandes centros urbanos gerou a necessidade de auto suprimento destas grandes indústrias, muitas vezes do ramo têxtil, metalúrgico ou siderúrgico. Esta questão demandou não apenas o auto suprimento de água, energia, comunicações, transporte, mas a própria construção de estruturas para abrigo da mão de obra, as chamadas vilas operárias.

Dentre as diversas experiências brasileiras de vilas operárias, grande parte se localiza no sudeste do país, isso devido a própria estruturação da macroeconomia nacional, impulsionada pelo período histórico anterior à industrialização.

O estado de Minas Gerais possui algumas dessas experiências de vila operárias, principalmente ligadas à mineração e a siderurgia, devido a própria riqueza de recursos naturais e minerais. Destas experiências, será abordado o Conjunto Habitacional vinculado à instalação de atividades industriais de siderurgia, situado na cidade de Caeté, em Minas Gerais, delimitada na figura 1.

Figura 1 Localização do município de Caeté no estado de Minas Gerais.



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caet%C3%A9>

A cidade de Caeté, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, possui sua história amplamente ligada à mineração, inicialmente pela extração de ouro no século XVIII e ao século XIX. E posteriormente, ao início do século XX, pela indústria de fundição de minério de ferro.

Em sua área urbana, assim como em alguns distritos rurais, a cidade preserva um conjunto arquitetônico do ciclo do ouro dotado de exemplares residenciais, comerciais e institucionais. Tais edificações são resquícios deste período aurífero, que entrou em decadência na primeira metade do século XIX.

O intervalo entre o ciclo do ouro e o ciclo seguinte, o da industrialização, foi marcado por migrações da população local para a capital mineira e em sentido à outras cidades próximas ao município. Este fato se deu devido à ausência de uma atividade econômica condutora e conseqüentemente à estagnação econômica do município (RESENDE,2007).

O período de industrialização da cidade de Caeté se inicia ao final da segunda metade do século XIX com algumas pequenas iniciativas, contudo é no início do século XX que a atividade industrial se consolida no município, com as indústrias Cerâmica Nacional (1894) e S. J. Brandão & Cia (1925).

A instalação da indústria de metalurgia S. J. Brandão & Cia se deu em 1925, na região denominada Mundéus, posteriormente, em 1931, esta se funde ao capital estrangeiro e é denominada Companhia Ferro Brasileiro, que dedica-se a siderurgia.

A siderurgia Companhia Ferro Brasileiro segue a lógica das indústrias complexas que se localizaram em cidades de médio ou pequeno porte, próximas aos grandes centros urbanos que, como demais experiências, resultou na necessidade do seu auto suprimento em diversos aspectos, dentre esses a demanda de construção de um Conjunto Habitacional (DINIZ, 1981).

O Conjunto Habitacional situado no bairro José Brandão, antigo Mundéus, constitui-se não apenas de residências, mas de toda uma infraestrutura para a garantia da permanência e manutenção da mão de obra trabalhadora, como comércios, hospital, clubes e escolas.

A construção do Conjunto Habitacional exemplifica a estrutura fabril, no qual o próprio projeto urbanístico reproduz na estrutura urbana a hierarquia funcional e o padrão salarial da indústria. No projeto, o próprio padrão residencial exprime esta distinção de cargos e funções exercidos na fábrica.

Durante cerca de 60 anos a Companhia Ferro Brasileiro permaneceu em funcionamento e corroborou com a manutenção e consolidação do Conjunto

Habitacional dentro do espaço urbano do município, até o encerramento de suas atividades fabris no ano de 1995.

No início do século XXI, toda a infraestrutura edificada aos operários e técnicos da indústria constitui espaço já integrado a estrutura urbana da cidade. Esta região, originária do *sistema fábrica com vila operária*, constitui-se como registro desse período industrial da história de Caeté, contudo o crescimento recente do município proporcionou a formação de novas regiões como foco do interesse imobiliário, dentre estas se inclui o bairro residencial José Brandão, onde situa-se o Conjunto Habitacional. Como aponta Singer (1982) o crescimento da cidade produz novos centros secundários de serviço, que incorpora bairros residências criando novos focos de valorização do espaço urbano.

A análise do processo de transformação do Conjunto Habitacional Operário no bairro José Brandão perpassa pela compreensão das distintas relações e atividades que foram construídas pelos diversos grupos que habitam este espaço.

Para a compreensão deste espaço é necessário o estudo dos diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e espaciais que tangem a construção deste ambiente. A compreensão do contexto de implantação do conjunto habitacional contribui para a pesquisa de seu processo de desenvolvimento e suas transformações temporais que incluem, não apenas as transformações físicas, mas a própria dinâmica dos cidadãos e das atividades desenvolvidas no local.

É necessário a percepção não apenas do espaço urbano delimitado pelo conjunto ou pelo bairro, mas compreender sua inserção na cidade e seu processo de consolidação a partir dos diversos aspectos que permeiam o espaço citadino. Como explica Lynch (1982, p.12) “Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referencias. [...] E se por um lado, podem manter-se as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança nos pormenores”.

O objetivo desta pesquisa consiste em conhecer e interpretar a forma física deste lugar, concomitante aos diversos processos e agentes que conformaram e conformam este espaço, que resulta destas formas. E a partir da análise sobre as transformações da paisagem abordar questões e impasses acerca da conservação urbana local.

A metodologia construída para o desenvolvimento da presente pesquisa buscou a compressão do lugar a partir de seu contexto histórico, no qual foram realizados estudos e pesquisas bibliográficas e de literatura especializada, a partir das quais foram construídos os conceitos que esta pesquisa adota.

O conceito de paisagem, estudado por diferentes disciplinas, possui uma diversidade de abordagens e discordâncias. Pesquisas contemporâneas sobre este conceito são desenvolvidas no âmbito do campo da Arquitetura Paisagística, na qual para Leite (2006, p.67), o estudo da paisagem perpassa por “entender as ligações existentes entre a sociedade e seus lugares de vida” e exige a consciência de que está “é uma formação social, reflexo de todas as contradições e conflitos presentes no cotidiano da sociedade que a constrói”.

A questão apresentada por Leite (2006) expressa a necessidade de conhecimento do território, lugar de vida, no qual o cotidiano se revela como ambiente de conflitos e transformações. Neste, as demandas e necessidades da sociedade se evidenciam, sendo, muitas vezes, negligenciadas ou resolutas por improvisações e informalidades.

A autora complementa que “se a paisagem urbana é suporte e resultado da vida social que a determina, é na própria estrutura de relações e processos sociais que deve ser buscado o entendimento da organização da vida cotidiana e das diferentes expectativas da sociedade em relação à cidade” (LEITE, 2006, p.67).

A conceituação de Leite (2006) retoma a necessidade de compreensão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão imbricados no espaço constituidor da paisagem. Da mesma forma, a produção do ambiente construído não deve ser uma resposta racional a situações ideais, mas um processo de constante transformação frente às demandas contemporâneas da sociedade.

No campo da geografia, o conceito de paisagem não é consensual. Para a Nova Geografia Cultural, desenvolvida na segunda metade do século XX, a abordagem do conceito está ancorada na valorização do aspecto simbólico da paisagem e na introdução de aspectos subjetivos na pesquisa geográfica (CORREA, 1989).

O geógrafo Denis Cosgrove, expoente da Nova Geografia Cultural, baseia seus estudos nos aspectos simbólicos que para o pesquisador são produzidos pelos meios de produção de uma sociedade (RIBEIRO, 2007, p.24). Sua pesquisa, sobre as origens da ideia de paisagem e seu desenvolvimento como um conceito cultural no

ocidente identifica dois usos distintos. O primeiro, se vincula à representação artística e literária do mundo visível, desenvolvida a partir do campo pictórico, que implica uma relação de expectador frente ao cenário e exige ao mesmo tempo, a percepção do observador. O segundo, denota a integração dos fenômenos físicos e humanos, sendo esta a compreensão apropriada pela Geografia no início do século XXI (RIBEIRO, 2007, p.24).

Em contraponto, o geógrafo Milton Santos (1926-2001), pesquisador da Geografia Crítica, desenvolveu sua obra entorno do conceito de espaço, a partir do qual estudou a formação da paisagem e contrapôs estes dois conceitos.

Em realidade, a paisagem compreende dois elementos: 1. Os objetos naturais, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele. 2. Os objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente. [...]

A paisagem não tem nada de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. [...]

A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social. (SANTOS, 1982, p. 37-38)

As definições expostas por Santos, as quais expressam o conceito de paisagem como resultado de sobreposições de tempos, se aproxima à definição estudada pelo geógrafo alemão Michael Robert Gunter Conzen.

O trabalho de Conzen se desenvolveu, em meados do século XX, com bases conceituais estruturadas em estudos da paisagem e dos seus resultados visíveis. Sua análise se baseia na investigação das mudanças e permanências, para demonstrar a ênfase fundamental na forma urbana ao longo do tempo. Para isto, o pesquisador alemão trabalhou com o conceito do Palimpsesto, que diz respeito a sobreposições de camadas históricas que se acumulam sobre o mesmo espaço físico (PEREIRA COSTA, et al; 2014) (PEREIRA COSTA, et al; 2015).

A obra de Santos (1982), contudo, realiza árduas críticas ao estudo da paisagem, o qual ele considera insuficiente para compreender a totalidade do espaço.

[...] não é suficiente tentar interpretar diretamente a paisagem nos seus movimentos, nem trabalhar exclusivamente sobre os elementos que a compõem. A noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado. A noção de escala é igualmente importante, pois, se o espaço é total, a paisagem não o é. Não se pode falar de paisagem total, pois o processo social de produção é espacialmente seletivo. (SANTOS,1982, p.41)

A abordagem do campo da Geografia traz contribuições ao entendimento das dissonâncias acerca do conceito de paisagem, contudo, é no campo da Arquitetura Paisagística que é formulado o conceito de paisagem que esta pesquisa vai adotar.

Silvio Macedo (1999) compreende a paisagem como “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo”. E ainda a caracteriza como produto e como sistema, relacionando as transformações com as mudanças morfológicas no espaço, à medida que há a ação sobre um aspecto, conseqüentemente, haverá alteração sobre o outro.

Como produto por que resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território. Como sistema, na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. Essas duas posturas se interpenetram e são totalmente dependentes uma da outra, como também é um fato de que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente (MACEDO, 1999, p.11).

Nesse sentido, a Morfologia Urbana torna-se necessária à medida que para esta pesquisa, interessa a compreensão sobre as ações que constituem e transformam a paisagem urbana.

Pereira Costa; Gimmler Netto (2015, p.31) explicam que:

A Morfologia Urbana é o estudo da forma urbana, considerando-a um produto físico das ações da sociedade sobre o meio, que vão edificando-o, ao longo do tempo. Essa definição contém diversas informações e indica os principais aspectos investigativos do Morfologia Urbana, pois ao ser associada ao solo edificado está intrinsecamente relacionada às construções, às edificações, aos parcelamentos e aos espaços livres. [...] Estes ocorrem em decorrência de uma ação social, por meio do seu parcelamento, dos diversos tipos de arranjos que este implica, tanto no traçado das vias, das praças, como no traçado das quadras, na subdivisão em quarteirões e lotes.

A Morfologia Urbana implica, ao mesmo tempo, o estudo da forma urbana com sua composição formal (o plano urbanístico, as quadras, os lotes e as edificações), sua

diversificação na configuração da paisagem urbana e a variação do comportamento destes elementos que refletem as transformações no decorrer do tempo. Concomitantemente, tem-se o estudo da dinâmica da sociedade urbana local que produz e transforma esta paisagem, a partir dos diversos agentes e grupos que atuam no ambiente, cuja a identidade estará imbricada na própria paisagem urbana.

A aplicação da análise morfológica por esta pesquisa se dá com o objetivo de avaliar as transformações urbanas que ocorrem a partir das dinâmicas sociais sobre o meio físico ao longo do tempo e as consequências sobre a paisagem urbana local. Dentro disso, cabe enunciar que igualmente significativo é a compreensão das bases ideológicas que influenciaram a constituição deste espaço.

É necessário, sobretudo, distinguir o estudo morfológico e o da forma urbana que, comumente, são utilizados de forma equivocada, principalmente na aplicação do termo morfologia substituindo o termo forma. O uso equivocado destes termos demonstra a falta de compreensão real do que seja a Morfologia Urbana, e culmina na redução do conceito de morfologia, que abrange processos mais complexos que a forma (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

A análise da forma urbana se dá através de elementos factíveis a sua leitura, ou seja, através da percepção do sujeito em relação ao ambiente construído. Sobre isso, o arquiteto inglês Gordon Cullen desenvolveu em seus estudos sobre a relação que o usuário constrói com o ambiente a partir da própria experiência. Para isso, Cullen estrutura seus estudos em três aspectos sendo o primeiro a ótica, que é a visão serial propriamente dita; o segundo é o local, que aborda a reação e as sensações do usuário a partir de sua posição no espaço; e o terceiro é o conteúdo, que vincula as questões físicas, às estruturas e às construções do ambiente (CULLEN, 1983).

Na obra de Cullen (1983), o usuário é o sujeito que realiza o desfrute da paisagem. Sendo um observador que desenvolve e constrói dados na interação com a cidade, ou seja, ele é passivo, à medida que não interfere e não é ativo às ocorrências urbanas, o que o torna um fruidor.

Em contraponto, o urbanista norte-americano Kevin Lynch desenvolveu, em sua pesquisa sobre imagem das cidades, alguns conceitos que contribuem para a leitura da qualidade urbana, através da percepção ambiental. E elabora os conceitos de legibilidade, identidade, estrutura e significado que unidos aos elementos da imagem

citadina, as vias, os limites, os bairros e os pontos marcantes, contribuem à própria construção e análise conceitual do ambiente urbano (LYNCH, 1982) (LYNCH, 2007).

Diferente de Cullen, Lynch aborda o sujeito, assim como as atividades que ele desenvolve no espaço, como elementos ativos e construtores da paisagem urbana. Para o urbanista “os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis” (LYNCH, 1982, p.11).

Os estudos e pesquisas apresentados, desenvolvidos por diferentes campos do conhecimento, constituem o arcabouço teórico-conceitual deste trabalho. A partir dos métodos e conceitos analisados dá-se o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos que adotados nesta pesquisa.

Realizou-se também a pesquisa empírica em campo, com a qual foi possível analisar e sistematizar a forma contemporânea do Conjunto Habitacional e compreender as transformações visíveis da paisagem.

Os resultados se estruturaram em três capítulos, nestes buscou-se manter uma análise linear a partir de elementos e informações cronologicamente organizadas.

No capítulo 01, denominado *Industrialização e Território*, buscou-se uma análise sobre situação locacional das indústrias de grande porte, da primeira industrialização brasileira, que ocorreu na virada do século XIX para o século XX. Neste capítulo são abordados como essa relação locacional levou muitas indústrias para as periferias das grandes cidades e como isso se deu na cidade de Caeté, em Minas Gerais. Este recorte tem o objetivo de apresentar o contexto histórico que levou à instalação da Companhia Ferro Brasileiro, em Caeté, e ocasionou a construção do Conjunto Habitacional Operário no bairro José Brandão.

As bases conceituais desta abordagem retomam, principalmente, os estudos desenvolvidos pela economista e pesquisadora Rosélia Perissé da Silva Piquet que desenvolve, dentre diversas pesquisas, o estudo relacionando dois polos principais de reflexão: a urbanização e a industrialização. No mesmo sentido, o engenheiro e economista Clélio Campolina Diniz traz contribuições acerca da industrialização mineira e relação locacional destes empreendimentos no estado de Minas Gerais. Os estudos desenvolvidos pela arquiteta e urbanista Telma Barro Correia apresenta a relação da questão habitacional e da industrialização, na qual enfatiza a história das

vilas operárias, núcleos fabris e conjuntos residenciais criados por empresas para seus empregados no Brasil, durante os séculos XIX e XX.

Posteriormente, é apresentado o período seguinte à primeira industrialização, datado pela segunda metade do século XX, período marcado pelo processo de metropolização dos grandes centros urbanos do país. Neste período tem-se a formação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, terceira maior do país, a qual a cidade de Caeté compõe. São abordados aspectos gerais que conformaram o município durante este período até o início do século XXI.

Para contribuir à análise deste período retoma-se o trabalho desenvolvido pelo Planejamento Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL), ente gestor da RMBH sob a forma de uma autarquia estadual. Este ente foi responsável por uma extensa experiência de planejamento integrado, elaboração de estudos, diagnósticos e planos metodológicos e técnicos. Além da retomada dos documentos elaborados pelo PLAMBEL, tem-se a contribuição da pesquisa desenvolvida pelo economista João Bosco Moura Tonucci Filho, que dentre seus estudos, aborda a trajetória do planejamento da RMBH.

No capítulo 02, denominado *Percepções da Paisagem e da Morfologia Urbana*, são aprofundadas questões quanto a relação locacional das indústrias siderúrgicas e a construção de vilas operárias, bem como a relação ideológica de controle e dominação existentes nestes projetos urbanos habitacionais.

Neste capítulo é iniciado a análise sobre o objeto de estudo desta pesquisa e apresentado as percepções auferidas na pesquisa de campo, no que tange ao tecido urbano, as quadras, os lotes e as edificações. Esta análise perpassa por três recortes de abordagem.

O primeiro diz respeito à análise do projeto urbanístico e o estudo das bases ideológicas a que se refere. Para isto, a pesquisa se pauta no estudo da formação de bairros operários, na primeira metade do século XX, no Brasil.

O segundo aspecto diz respeito ao estudo do tecido urbano, que consiste em uma porção citadina formada por diversas quadras que apresentam uma organização própria com formas e lotes de formação similares. O estudo desta pesquisa se concentrará nesta escala de abordagem, uma vez que o projeto urbanístico do

Conjunto Habitacional é compreendido enquanto um tecido urbano no interior do bairro José Brandão e da estrutura urbana de Caeté.

O projeto urbanístico do bairro será analisado a partir de sua inserção no município, seguido de sua leitura a partir da conjunção de elementos da forma urbana, com base no trabalho desenvolvido por Conzen, e da percepção ambiental, com base nos conceitos de Kynch.

O terceiro recorte será a identificação os diferentes padrões de uso e ocupação do solo presentes neste tecido urbano, ou seja, será o reconhecimento da diversidade de edificações existentes nesta região com base em elementos visíveis da paisagem.

Para esta escala de abordagem será adotada a análise tipo-morfológica desenvolvida por Saverio Muratori através da Escola Italiana de Morfologia Urbana, a qual possui seus estudos estruturados na definição do tipo, que consiste no elemento básico para a compreensão da conexão entre os elementos individuais e a forma urbana (PEREIRA COSTA; SAFE; CASTRO, 2013, p. 05).

Dentro deste conceito há duas classificações, que são o tipo básico e o tipo especializado, o primeiro é representado por residências, sejam essas multi ou unifamiliares; o segundo é representado por edificações mais complexas e que apresentam maiores proporções, exemplificados como igrejas, escolas, dentre outros.

A análise do tipo se dá pela observação e interpretação das edificações a partir de seus elementos de composição (fachada), o uso, a ocupação e os afastamentos. Será ainda analisado o processo tipológico do Conjunto Habitacional, que consiste em identificação e reconhecimento as variações tipológicas existentes dentro desta mesma área cultural.

Será dessa forma, desenvolvida uma discussão acerca das transformações temporais visíveis sobre estas edificações, resultante das contradições, conflitos e demandas do cotidiano da sociedade urbana local, a qual será desenvolvida no capítulo seguinte como desdobramento das análises realizadas.

O conjunto destes recortes de análise contribui para compreensão da formação e transformação da paisagem Urbana, o que possibilita sua leitura e a construção de possibilidades para a sua gestão.

Esta questão é abordada no capítulo 03, denominado *Transformações na Paisagem Urbana: Uma Leitura a partir do cotidiano cidadão*, no qual são apresentadas as transformações temporais visíveis da paisagem identificadas no Conjunto Habitacional Operário. As transformações são abordadas em escalas distintas, desde a quadra, o lote e a edificação, sendo discutido a recorrência destas em relação a questão socioeconômica apresentada no interior do Conjunto Habitacional.

A análise das transformações é seguida da reflexão sobre as demandas e a dinâmica cotidiana da vida cidadina e os impasses recorrentes no que tange às questões da conservação urbana.

Neste, é retomado os estudos de Lynch (1982), o qual explica que um meio ambiente característico e legível contribui para a intensificação da experiência humana no espaço e, complementa, que os projetos contemporâneos devem possuir como finalidade reforçar o significado do local e não negá-lo.

A conclusão recupera as principais análises e reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa e busca retomar a discussão sobre as transformações da paisagem urbana em vilas operárias do início do século XX.

Dentro disso, o estudo da paisagem, assim como dos conceitos e teorias que subsidiam esta pesquisa, contribui à reflexão sobre a ampliação da experiência humana no ambiente construído no que diz respeito a qualidade ambiental e a vida cidadina. E que aborde a gestão deste espaço urbano contemplando a diversidade e a complexidade dos grupos e agentes sociais que o habitam e o transformam.

2 INDUSTRIALIZAÇÃO E TERRITÓRIO

A urbanização brasileira, amplamente estudada por pensadores de diversas áreas¹, decorre de um complexo processo histórico, o qual envolve várias dimensões que corroboram a formação posterior da metrópole brasileira.

Tem-se como objetivo, neste capítulo, apresentar algumas dimensões do processo da industrialização que irão propiciar as bases da urbanização brasileira e mineira.

Não se objetiva, nesta pesquisa, o estudo integrado e sistemático das origens da industrialização, mas busca-se compreender o cenário nacional e regional, que propiciou bases econômicas e políticas para a implantação de fabricas siderúrgicas e metalúrgicas em Minas Gerais, especificamente em Caeté. Pretende-se também avaliar consequências que impactaram sobre a própria estrutura urbana do município.

A retomada desta perspectiva histórica é necessária à compreensão desde a formação ao atual contexto do legado industrial e as principais transformações na dinâmica urbana.

2.1 Aspectos da primeira industrialização brasileira no início do século XX e a relação locacional da indústria no território

A industrialização brasileira, no início do século XX, produziu diversos impactos sobre o espaço urbano. Esse período apesar de marcado por um baixo índice de urbanização nas duas primeiras décadas, apresentou crescimento entre 1930 e 1940, no qual o aumento da população concentrada em cidades toma proporções significativas. Isso ocorre devido ao gradual deslocamento da economia brasileira de um caráter agroexportador para industrial, no qual o poder público passa a impulsionar esse processo e o mercado interno assume importância (OLIVEN,1984).

A consolidação do mercado interno com apoio estatal possui diversos fatores, dentre estes está a eclosão da Primeira Guerra Mundial que alterou o quadro das relações econômicas internacionais. Para o Brasil, esse período foi marcado por uma desaceleração da exportação de produtos agrícolas, sendo o principal o café. Concomitante, há uma queda na importação de produtos industrializados, uma vez há

¹ Ver Santos (2013); Vianna (1966); Reis Filho (1968); Singer (1977) e outros.

também uma queda na produção internacional, que se volta durante este período para a produção bélica (FURTADO, 1968).

Este cenário favoreceu o crescimento industrial brasileiro que necessitou reorganizar seu mercado interno, no qual a consolidação deu-se à medida que os vários mercados regionais se tornaram interligados, formando um único mercado nacional, que concentrou espacialmente o capital.

Oliveira (1982, p.39) reforça esta questão explicando que a industrialização brasileira redefine o que é o urbano, justamente por que “ele passa a ser sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria”.

O caráter industrial tomado como prioridade, pelo governo no período de 1930 a 1940, foi a produção em larga escala da indústria pesada do aço e do ferro, contudo investimentos industriais nestes setores se iniciaram ao final da década de 1920. Este fato marcou o ciclo de grandes investimentos nacionais e, em alguns casos, estrangeiros, em polos siderúrgicos e metalúrgicos, principalmente no sudeste brasileiro.

Outro fator que contribuiu ao deslocamento do caráter produtivo brasileiro foi a crise do café, até então principal produção do país desde o século XIX, que impulsionou os investimentos ao mercado interno e ocasionou a articulação de capitais nacionais, estrangeiro e de Estado, que promoveram a diversificação da economia nacional e contribuiu ao estímulo da industrialização. Piquet (1998, p.25) explica que:

É nesse período que começam a ser implantados os primeiros estabelecimentos voltados para uma operação em escala nacional, tendo início o debate sobre a necessidade de desenvolvimento do setor de insumos básicos e da ampliação da infraestrutura de apoio ao setor industrial.

Dentro deste contexto, a industrialização de Minas Gerais é marcada pela presença considerável do Estado e pela introdução do capital estrangeiro na economia local. Contudo, apesar dos investimentos, Minas Gerais advém de um cenário complexo para o desenvolvimento das atividades industriais. Diniz (1981, p.18) discorre inúmeras adversidades que dificultaram a industrialização mineira, nas quais destacam-se:

a falta de um centro comercial-exportador que articulasse as atividades econômicas do Estado, a baixa velocidade de transição

para o trabalho assalariado, dificultando a formação de um mercado de trabalho e de consumo, e pela dispersão espacial da população e das atividades industriais dentro do Estado, [...] as condições objetivas das primeiras décadas do século XX promoviam a concentração industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo, constituindo uma divisão inter-regional do trabalho que impedia e dificultava a expansão industrial mineira, [...] a dimensão espacial do Estado, aliada aos obstáculos naturais de sua geografia, tornava deficiente o sistema de comunicações, impedindo a unificação do mercado.

O mesmo autor ainda destaca, que dentro destas circunstâncias, o Estado de Minas Gerais, possui vocação industrial voltada para a mineração e metalurgia e enfatiza que o capital estrangeiro no estado está associado as atividades que se dedicam a extração de recursos naturais.

Todavia, as atividades industriais mineiras até a década de 1920 concentraram-se, principalmente, na indústria alimentícia localizada nas regiões da mata, sul e centro, as quais possuíam como principais produções laticínios, açúcar e aguardente. Este setor alimentício estava vinculado aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, este último logo expandiu sua produção e atingiu seu integral abastecimento, o que contribui ao decréscimo do consumo da produção mineira e acarretou a redução da indústria alimentícia do estado de Minas (DINIZ, 1981).

Em contraponto, a indústria metalúrgica ganha folego a partir de incentivos estatais e investimentos estrangeiros. Das iniciativas notáveis no cenário industrial mineiro têm-se, em 1917, a fundação da Cia. Siderúrgica Mineira, em Sabará que, em 1921, foi incorporada pela Cia. Siderúrgica Belgo Mineira criada no mesmo ano, a partir da associação de um grupo empresarial mineiro e a empresa belga ARBED (Acieries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange) (PIQUET, 1998).

Na década de 1920, foram fundadas diversas pequenas empresas siderúrgicas, que a exemplo da Cia. Siderúrgica Mineira, também foram ampliadas e incorporadas pelo capital estrangeiro, como apresenta Diniz (1981, p.30):

Em 1922, fundou-se, em Rio Acima, o Alto Forno Pedro Gianetti, transformando-se em Metalúrgica Santo Antônio S.A., em 1931. Em 1925, foi fundada, em Barão de Cocais, a firma Hime & Cia., transformando-se depois na antiga Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas (CBUM), posteriormente adquirida pela CIMETAL. Também em 1925, implantou-se, em Caeté, a firma J. S. Brandão & Cia., incorporada pela Cia. Ferro Brasileiro S.A., em 1931, com participação de capitais franceses, quando de sua fundação.

Devido as questões apresentadas, dentre diversas outros fatores políticos, a primeira metade do século XX, no estado de Minas Gerais, foi marcado pelo crescimento das atividades minerárias, metalúrgicas e siderúrgicas.

É de interesse analisar as condições apresentadas pelas cidades brasileiras para a instalação de unidades fabris, o que possibilita uma visão geral sobre a localização destas indústrias e a relação estratégicas das mesmas no território.

A localidade tem sido utilizada para identificar funcionalmente a organização espacial da atividade industrial do ponto de vista da aplicação territorial do capital, bem como do ponto de vista da formação, uso e reprodução da mão-de-obra. Assim como a localização, a organização das fábricas, suas usinas de energia, seu planejamento de transporte, seus alojamentos residenciais e instalações urbanas, todos esses elementos implicam relações sociais baseadas em rotinas e práticas de trabalho específicas. É nesse sentido que a experiência das companhias industriais torna-se um ponto de observação privilegiado para a compreensão das características dos assentamentos humanos. (GUNN, P.; CORREIA, 2011, p.02)

Os parâmetros locacionais geográficos para a industrialização, no início do século XX, explicam-se não só pelas condições gerais da produção nos centros urbanos, como oferta de mão de obra, acesso ao mercado e à serviços, mas, principalmente pela presença de fontes de matérias-primas, de energia, suprimento de água e transporte².

Esse cenário diferenciou os pequenos estabelecimentos e oficinas, que concentraram sua localização nos centros urbanos devido a impossibilidade de internalização das condições gerais de produção, das grandes empresas e indústrias complexas, que se direcionaram para as periferias das grandes cidades, nos núcleos urbanos do interior ou em regiões rurais (PIQUET, 1998).

A questão da localização trouxe consigo novas preocupações públicas e privadas referentes a questões de logística de recursos, transportes, integração regional e aos assentamentos humanos (GUNN, P.; CORREIA, 2011). Piquet (1998) corrobora com esta análise e avança explicando que há nesse momento uma internalização desses custos de produção, infraestrutura e serviços pelas indústrias complexas, que são têxteis, siderúrgicas e metalúrgicas, as quais passam a se auto suprir.

Para além da questão de serviços como abastecimento de água, esgoto, instalação de luz elétrica e energia no geral, telégrafo e comunicações, o provimento de

² Ver BAER (1977); (1970).

infraestrutura incluiu a construção de estradas de ferro, bem como a construção de vilas operárias para a garantia de mão de obra.

A experiência de construção de vilas operárias surge no processo de industrialização europeia, “que teve como corolário o aparecimento de enormes concentrações humanas sob as mais adversas condições de habitação” (PIQUET, 1998, p.13), somado ao perigo de epidemias, situações de insalubridade, altas taxas de miséria e uma situação socialmente explosiva. Esse cenário deflagra uma série de iniciativas e propostas de intervenções, dentre estas a criação do *sistema fábrica-vila operária*, que se propagou por diversos países, inclusive no Brasil.

No Brasil, entre 1880 e 1930, os conjuntos de moradias erguidos por empresas para seus funcionários difundem-se em larga escala, em diferentes estados e regiões. Nesse momento, esses espaços se afirmam como uma importante expressão da era industrial não apenas por suas origens, usos, funções e conflitos sociais, como também por suas características formais, que usualmente remetem a valores, materiais e símbolos do mundo fabril. (CORREIA, 2010, p.6)

O Estado teve pouca ação sobre os empreendimentos industriais, no início do século XX, contudo em alguns casos, teve papel relevante na consolidação desde *sistema fábrica-vila operária*, seja proporcionando autonomia à indústria na construção e gestão dos projetos de vilas e núcleos ou ofertando incentivos fiscais e concessões. Correia (2010, p.6) complementa que:

Paulatinamente a omissão inicial do Estado na construção e gestão destes lugares, começa a dar lugar a uma nova postura marcada por uma crescente cooperação com as empresas, através da gestão pelo Estado de serviços e equipamentos repassados pela empresa ou implantados pelo poder público, de ações conjuntas na construção de moradias e na gestão de equipamentos coletivos e da ampliação da ação de empresas estatais na construção de vilas operárias e núcleos fabris.

Em Minas Gerais, foram várias as experiências industriais que adotaram o *sistema fábrica-vila operária* das quais, no início do século XXI, grande parte já estão inseridas na malha urbana ou se tornaram cidades. A implantação deste sistema em núcleos urbanos provocou profundas alterações em vários aspectos, como explica Correia (2010, p.09):

nas relações de produção – pelo número relevante de trabalhadores deslocados de outras atividades-, na organização do território e no padrão de urbanização – ao implantar atividades produtivas, estender redes de infraestrutura e deslocar contingentes populacionais para localidades que redefinem o mapa

urbano e produtivo do país – na organização da moradia e do espaço urbano – ao introduzir e/ou propagar novos modelos de habitat e novas formas arquitetônicas e urbanas.

Dentre as experiências, no estado de Minas Gerais, do *sistema fábrica-vila operária*, encontra-se o Conjunto Habitacional inserido no bairro José Brandão, construído pela Companhia Ferro Brasileiro.

A seguir será analisado a formação industrial do município de Caeté, no início do século XX, associada aos impactos da implantação da indústria de siderurgia no espaço urbano e suas consequências sobre a estrutura urbana local e a organização da moradia operária.

2.2 A formação industrial de Caeté no início do século XX e os impactos sobre a estrutura urbana local

O núcleo urbano de Caeté teve origem no início do séc. XVIII com a descoberta de minas de ouro na região. A mineração se constituiu em sua primeira base econômica, atraindo população que se concentrou no entorno das lavras auríferas.

As características urbanas da ocupação inicial, se invertem por volta de meados do séc. XIX, com a decadência da mineração e a predominância de atividades agropecuárias de subsistência, situação está mantida até o final do mesmo século.

Em 1893, próximo ao núcleo urbano surge a Cerâmica Nacional, indústria cerâmica de porte significativo, que representa uma das primeiras iniciativas industriais do município e que, posteriormente, passa a denominar-se Cerâmica João Pinheiro.

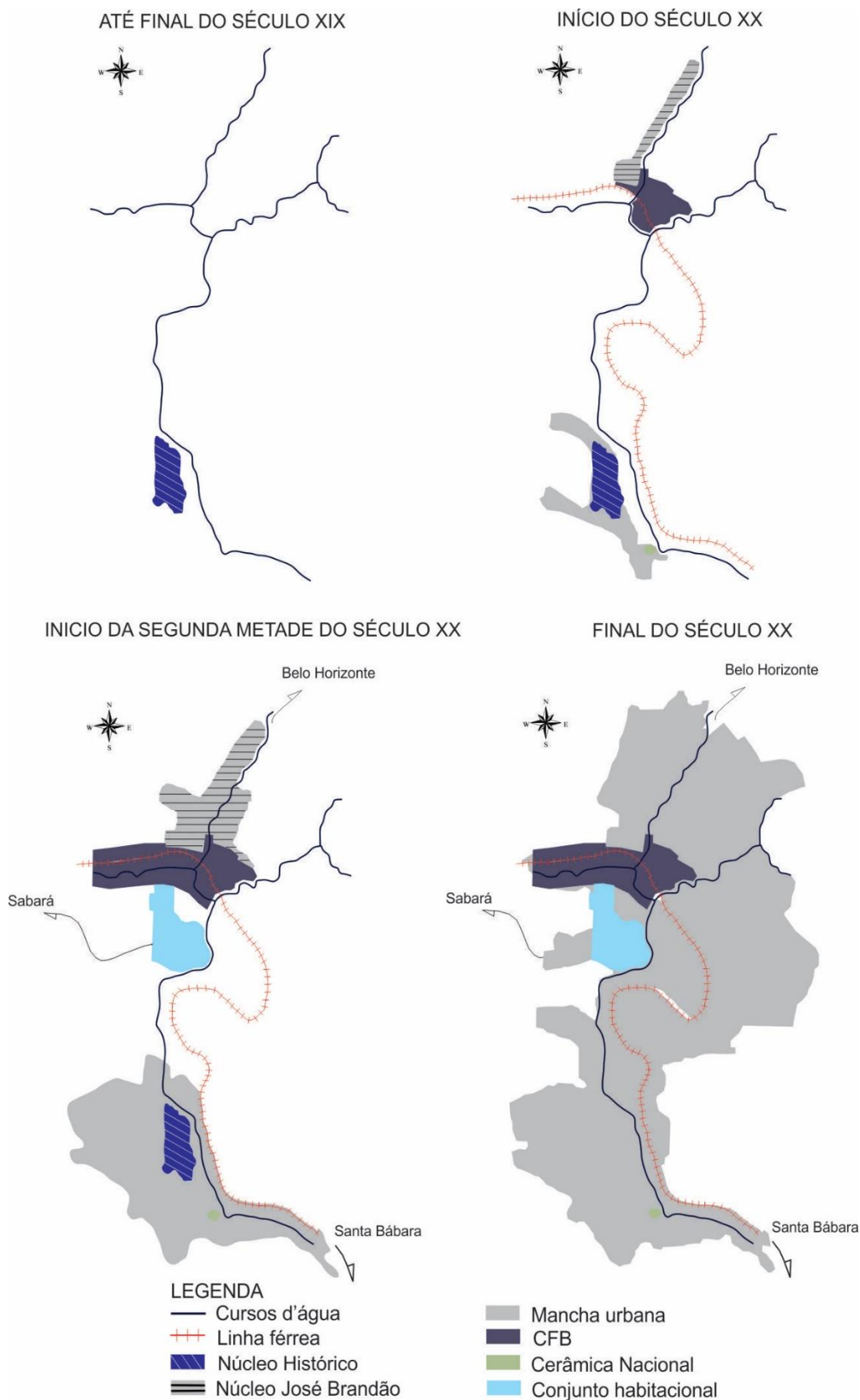
Com a instalação da indústria de cerâmica tem-se o crescimento do núcleo urbano, que inicialmente desenvolveu-se no entorno da Igreja Matriz N. Sra. do Bonsucesso, prolongando-se pelas encostas. Este núcleo urbano, situado ao sul, é identificado como o núcleo histórico correspondente ao período do ciclo do ouro e apresenta traçado das ruas vernácula, o qual acompanha a topografia (PLAMBEL, 1982).

Além deste núcleo histórico, identifica-se na Sede do município outro núcleo também reconhecido como um centro, denominado Mundéus que, posteriormente, denominou-se José Brandão. Estes dois núcleos polarizam a região, na qual o primeiro situa-se ao sul e o segundo ao norte da Sede, como ilustra a figura 02.

O núcleo José Brandão desenvolveu-se simultaneamente com a instalação da indústria metalúrgica S. J. Brandão & Cia., inaugurada em 1925, que posteriormente

foi incorporada ao capital estrangeiro, em 1931, passando a se destinar à siderurgia e denominar-se Companhia Ferro Brasileiro.

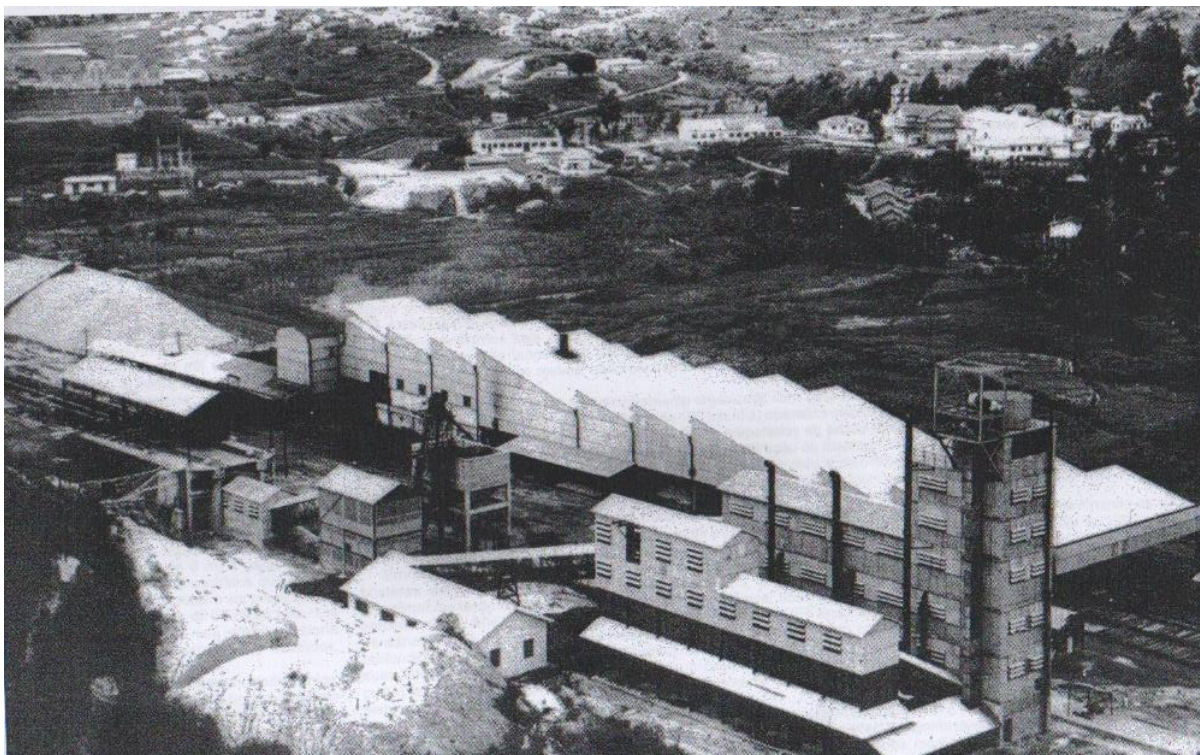
Figura 2 Evolução do processo de ocupação do distrito Sede do município de Caeté-MG.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017. Base: PLAMBEL, 1977.

A Cia. Ferro Brasileiro, registrada da figura 03, e a Cerâmica João Pinheiro, constituíram-se como as principais fontes de emprego urbano e exerceram influência preponderante na economia e no processo de desenvolvimento do município (PLAMBEL, 1982).

Figura 3 Vista parcial da estrutura da Companhia Ferro Brasileiro situada no bairro José Brandão, em Caeté/MG.



Fonte: TAMBASCO, José Carlos V. Jornal Opinião. Encarte Especial, 14/02/2008.

Até o início da década de 30, estas duas áreas encontravam-se nitidamente separadas, como apresentado na figura 02. A presença das indústrias Refratários João Pinheiro, ao sul, e Companhia Ferro Brasileiro, ao norte, diametralmente opostas atuaram como polos de atração influenciando sobre o crescimento da cidade e contribuindo ao processo de ocupação que formou uma mancha urbana contínua.

A existência de dois núcleos que se desenvolveram separadamente no distrito sede de Caeté, possui a seguinte argumentação desenvolvida pelo PLAMBEL:

Alguns condicionantes se fizeram sentir como obstáculos ao crescimento urbano definindo a estrutura resultante. A presença de inúmeros córregos que cortam a área urbana em várias direções criou dificuldades à urbanização assim como em trechos onde o relevo é mais acidentado. Vale ressaltar ainda a localização da Cia Ferro Brasileiro que ocupa uma extensa área dentro do perímetro urbano e a presença da Cia Cerâmica João Pinheiro. Há também

como fator estruturante a RFFSA que corta o núcleo em um longo trecho. (PLAMBEL,1977, p.19)

A presença da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), no município de Caeté, foi fator determinante não apenas na estrutura urbana do distrito sede, mas para a consolidação do caráter industrial do município.

Sua instalação se deu em 1926, a partir do ramal da 14ª divisão (antiga 6ª divisão) conectando Caeté à Sabará, seguindo até Belo Horizonte. Esta estação foi denominada primeiramente de Mundéus, o mesmo nome que a região possuía na década de 1920, posteriormente foi alterado para Gorceix, como apresenta o encarte do Jornal Diário Carioca na figura 04. Esta nomenclatura da estação se deu em homenagem à Henry Gorceix, professor de mineralogia da Escola de Minas, contudo, em 1944, a estação passou a se denominar José Brandão, como o nome do bairro a qual se localizava. Esta estação serviu ao abastecimento de minério e ao escoamento da produção da Cia. Ferro Brasileiro, cujos trilhos passavam no interior do terreno da empresa, como ilustra a figura 05, contudo teve sua desativação em 1988.

Figura 4 Encarte publicado no Jornal Diário Carioca na década de 1930.



Fonte: Acervo da RFFSA.

Figura 5 A estação José Brandão, ainda com trilhos, sem data.

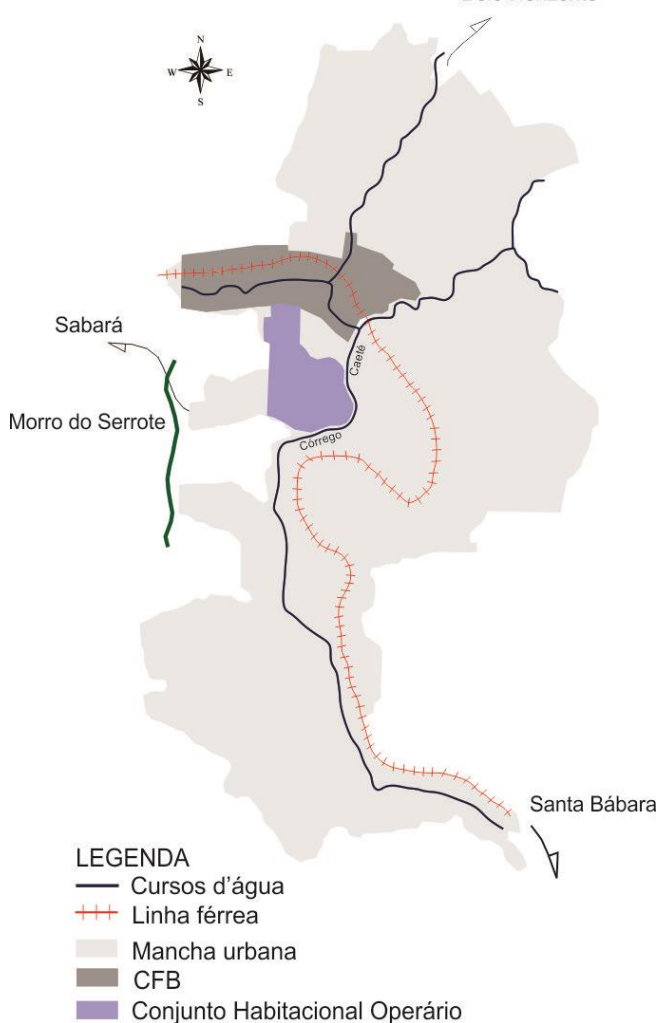


Fonte: Acervo da RFFSA.

Com o desenvolvimento da sede, forma-se uma mancha continua a partir da integração dos dois núcleos pré-existentis. Nesta mancha urbana foram incorporadas novas áreas, como diversos loteamentos efetuados pela iniciativa privada e conjuntos habitacionais, este último, em geral, pertencente a Cia. Ferro Brasileiro (PLAMBEL, 1977).

O Conjunto Habitacional mais antigo construído pela Cia Ferro Brasileiro, delimitado na figura 06, é um parcelamento relativamente recente comparado à idade no município, este situa-se no enclave entre o córrego Caeté e o Morro do Serrote.

Figura 6 Delimitação do Conjunto Habitacional Operário dentro do distrito Sede do município de Caeté, em meados do século XX



Fonte: Elaborado pela autora, 2017. Base PLAMBEL, 1977

O PLABEL (1977, p.56) descreve este conjunto habitacional “[...] como um todo não apresenta homogeneidade no que se refere ao tipo de construção, sendo constituído não só de casa unifamiliares destinadas a técnicos da companhia como também de casas geminadas para os operários.”.

Há neste Conjunto Habitacional uma diversidade de ocupações, que reproduz na condição física das edificações residenciais, a própria divisão hierarquizada do trabalho fabril, assunto que será desenvolvido no capítulo seguinte.

Além deste conjunto habitacional diversos outras vilas e residências destinada para operários foram construídas pela Cia. Ferro Brasileiro, que da mesma forma se

encontram, no início do século XXI, inseridas e totalmente integradas a malha urbana da Sede do Município.

A seguir será apresentado o desenvolvimento do município de Caeté a partir da segunda metade do século XX até a contemporaneidade, no início deste século XXI. Este estudo objetiva compreender como se deu o crescimento do município e as condições políticas, sociais e econômicas que atuaram sobre sua estrutura urbana. Além de retomar a relação do município com a indústria neste período marcado pela

metropolização dos grandes centros urbanos do país, do qual Caeté se insere nesse cenário.

2.3 A Região Metropolitana de Belo Horizonte e a formação contemporânea de Caeté

O período da segunda metade do século XX evidencia o processo de metropolização das cidades brasileiras, o qual possui como marco legal a Lei complementar Nº14, de 8 de junho de 1973, estabelece as oito primeiras regiões metropolitanas no país, dentre estas a Região Metropolitana de Belo Horizonte (BRASIL, 1973).

Para a caracterização da dinâmica metropolitana e dos diversos processos econômicos, sociais e espaciais que conformam estas regiões, adota-se o conceito de metrópole o apresentado por Ribeiro; Silva; Rodrigues (2011, p.179), o qual:

refere-se a aglomerados urbanos que apresentam as dimensões de polarização e concentração no território brasileiro nas escalas nacional, regional e local. A metrópole é identificada então como um espaço urbano com características metropolitanas que, internamente, também apresenta uma hierarquização, já que é um aglomerado com concentração de poder econômico, social, cultural que não é semelhante para todos os espaços, no caso, municípios nele inseridos. Entretanto, tais espaços apresentam níveis de integração à dinâmica do aglomerado correspondente, maior ou menor conforme o município.

Este processo de metropolização datado na segunda metade do século XX é caracterizado pelo início do período de implementação de uma nova fase da industrialização brasileira, denominada *industrialização pesada*, que destinava-se a produção de bens de consumo duráveis.

A intensificação da industrialização neste período contribuiu ao crescimento da concentração espacial de atividades produtivas e de capital, tal como aumento da concentração de população e emprego nos setores secundários e terciários nas regiões metropolitanas (SCHIFFER, 1999, p.89). Este processo intenso de concentração, no que tange a configuração socioespacial dos novos aglomerados urbanos, culminou não apenas na concentração demográfica, mas em um intenso processo de exclusão social.

Na RMBH este processo não se deu de forma diferente, tem-se na década de 1970, o processo da industrialização no Estado de Minas Gerais impulsionado por diversas ações do governo estadual, dentre estas as criações do Banco de Desenvolvimento

de Minas Gerais (BDMG), do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e da Companhia de Distritos Industriais (CDI), concomitante a concessão de amplos subsídios fiscais, a abertura ao capital estrangeiro e a elevada participação social do estado no capital social de algumas empresas (TONUCCI FILHO, 2012, p. 83).

Somando-se estas ações do governo estadual aos amplos recursos naturais e a infraestrutura existente no estado, tem-se neste período um quarto de todos os novos empreendimentos industriais aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial localizados em Minas Gerais, concentrando-se a maior parte destes empreendimentos na RMBH. (TONUCCI FILHO, 2012, p.84).

Dada esta questão, a economia metropolitana tem no setor industrial seu elemento dinâmico, que em conjunto ao setor terciário, apesar de não apresentar o mesmo dinamismo industrial, se destaca na geração do produto e na absorção de mão de obra. Em contraponto, a RMBH apresenta um setor agrícola em estagnação, que na década de 1970 representava apenas 1% do produto regional, sendo que os outros 99% eram representados pelo setor secundário e terciário, também responsáveis por 97% do emprego metropolitano (PLAMBEL, 1974, p. 56).

No que tange ao setor secundário, o PLAMBEL (1974, p. 50) aponta que a concentração dos novos empreendimentos industriais também se deu dentro da própria RMBH, fato que contribuiu para a desigualdade intra-regional na estrutura produtiva. Este processo de concentração industrial experimentado pela RMBH não difere dos assistidos nos grandes centros urbanos do país, esta questão vincula-se à própria dinâmica nacional e se deve à ausência de mecanismos capazes de orientar a política de localização industrial que resulte no mínimo de desequilíbrios intra-regionais (PLAMBEL, 1974, p 56).

Na RMBH esta concentração se deu principalmente no Parque Industrial Metropolitano, denominado Cidade Industrial, na região oeste da capital, que se tornou principal vetor de crescimento metropolitano. A consolidação da Cidade Industrial reforçou a conurbação entre as cidades de Belo Horizonte e Contagem, sendo esta região receptora de grande volume populacional predominantemente operário.

Outro fator que contribuiu à consolidação do vetor oeste foi a instalação, na cidade de Betim, da Refinaria Gabriel Passos da Petrobras (1967) e da fábrica montadora da empresa FIAT automóveis (1976) que atraíram um grande contingente populacional e outras indústrias de médio e pequeno porte para o abastecimento destas.

Verifica-se que, além da concentração industrial da RMBH dar-se em poucos municípios, estes o fazem com número reduzido de empresas, exceto nas cidades de Contagem e Belo Horizonte, ocasionando uma relação dependente e uma economia extremamente vulnerável, fato que reforça o próprio desequilíbrio intra-regional (PLAMBEL, 1974, p. 62)

Tal questão é verificada na cidade de Caeté, inserida na RMBH desde sua criação, onde se tem, nas décadas de 1960 e 1970, o elevado percentual de participação do setor secundário na economia municipal concentrado em apenas uma empresa na área siderúrgica. A relação apresentada é verificada no mesmo período nas cidades de Nova Lima, Sabará, Raposos e Pedro Leopoldo (PLAMBEL, 1974, p. 62).

A crise na década de 1980 atingiu a RMBH com o aumento exponencial do desemprego, sendo a indústria o setor mais enfraquecido, o que levou à desativação de algumas unidades e a perda de forças do modelo de ocupação dos Distritos Industriais, utilizado principalmente na cidade de Contagem. Em termos econômicos, a crise contribuiu para a manutenção da concentração das atividades produtivas no eixo oeste e na área central de Belo Horizonte, uma vez que esta desacelerou o ritmo de instalação de novas áreas industriais³.

É de interesse ressaltar que o município de Caeté, dentro deste contexto de crescimento metropolitano, na década de 1960 como demonstra a tabela 01, apresentou decréscimo de sua população, isso devido ao baixo dinamismo econômico que corroborou ao aumento da migração da população para as cidades próximas.

E nas décadas de 1970 e 1980, apresentou relativamente baixo crescimento populacional, de cerca de 2,0% a.a., inferior à média regional metropolitana de 4,7% a.a. Fato que corrobora a este reduzido crescimento demográfico é a verificação do decréscimo relativo da importância do setor industrial no município frente aos centros

³ No ano de 1980, a área central de Belo Horizonte correspondia 59% de todo o emprego da RMBH e o eixo industrial Contagem-Betim correspondia a 15,8% do emprego metropolitano, o que confirma a hegemonia do Binômio centro metropolitano/Cidade Industrial na estruturação do espaço metropolitano (TONUCCI FILHO, 2012, p.93).

mais dinâmicos da RMBH. Somado a isto, tem-se o isolamento geográfico relativo aliado à topografia acidentada que lhe dá condições moderadas para localização de atividades industriais e contribuem ao distanciamento relativo do centro metropolitano (PLAMBEL, 1982, p. 3).

Tabela 1 População de Caeté e da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas décadas de 1950 a 2010.

Município	População						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Caeté	21.911	27.987	25.166	30.634	33.251	36.299	40.750
RMBH	599.738	1.012.964	1.717.216	2.681.754	3.519.535	4.357.942	4.883.970

Fonte: IBGE Censo Demográfico.

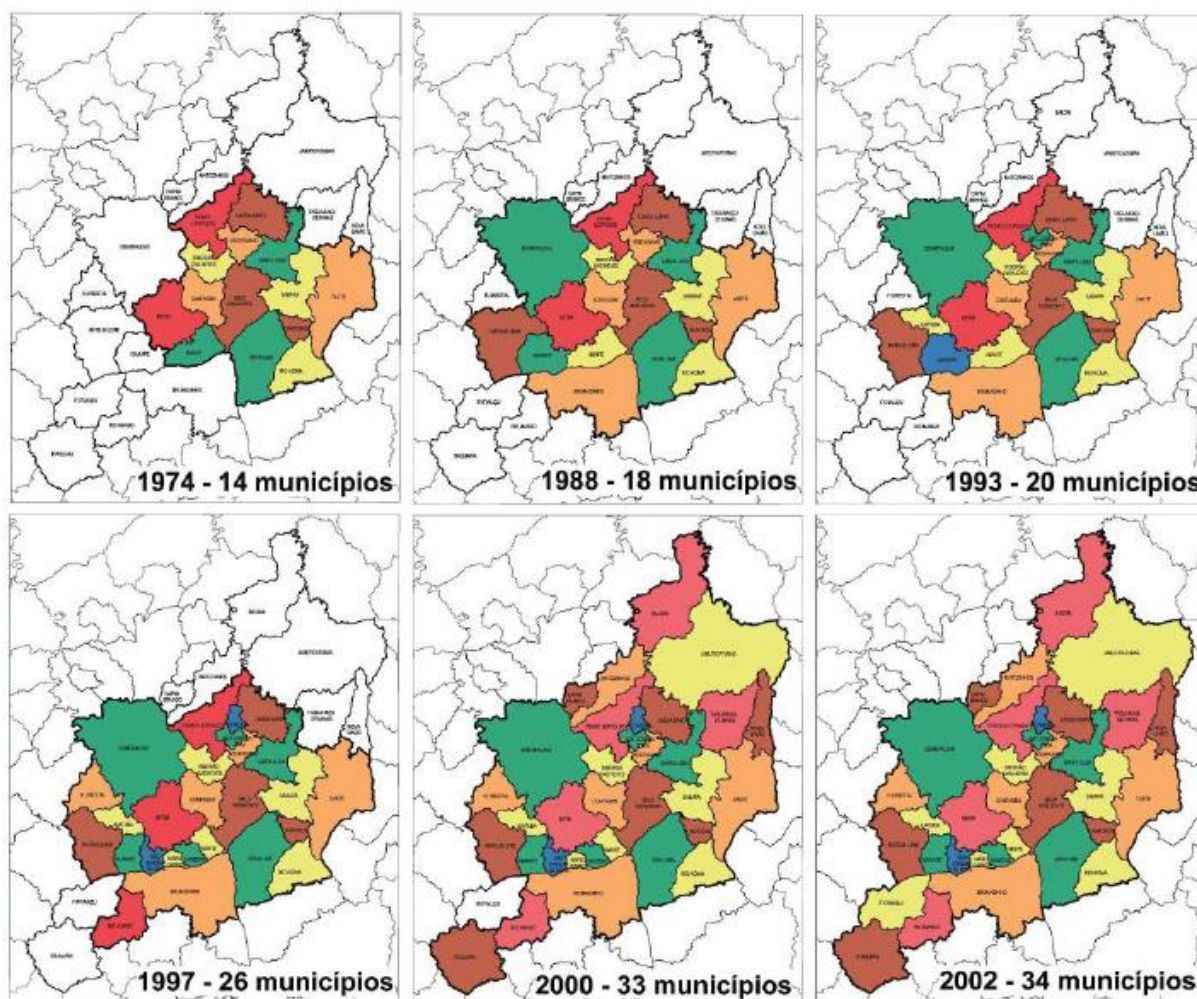
O município de Caeté, apesar de constituir o setor secundário como principal apoio de sua base econômica, possuía um setor primário expressivo. Neste, a atividade principal era a extração vegetal, cuja produção era absorvida quase em sua totalidade pela indústria do município. Posteriormente, o setor terciário tem um progressivo crescimento na absorção de mão de obra (PLAMBEL, 1990, p.15).

As décadas de 1990 e 2000 são marcadas pela expansão territorial metropolitana, a qual se tem a incorporação de novos municípios, além da própria criação de novas unidades municipais devido às emancipações, como é observado na figura a seguir.

Este processo de incorporação de novos municípios é induzido por motivações políticas em sobreposição à considerações técnicas a respeito da efetiva integração e vinculação ao processo de metropolização segundo critérios demográficos, urbanísticos e socioeconômicos, fato que a posteriori irá reverberar sobre a própria configuração do território metropolitanos (TONUCCI FILHO, 2012, p.97). O início do século XXI é marcado pela alteração nas tendências observadas nos últimos anos, o qual há aumento nos investimentos públicos e privados de impactos significativos sobre a estruturação do espaço da RMBH.

Este fato se dá dentro de um processo mais amplo de retomada do crescimento econômico do país e da capacidade de investimento do Estado que propiciou, inclusive, a dinamização e a valorização do mercado imobiliário e do setor de construção civil (SEDRU, 2010, p.20).

Figura 7 Incorporação de municípios à RMBH de 1974 a 2002.



Fonte: Agencia RMBH, 2010, p.5-6.

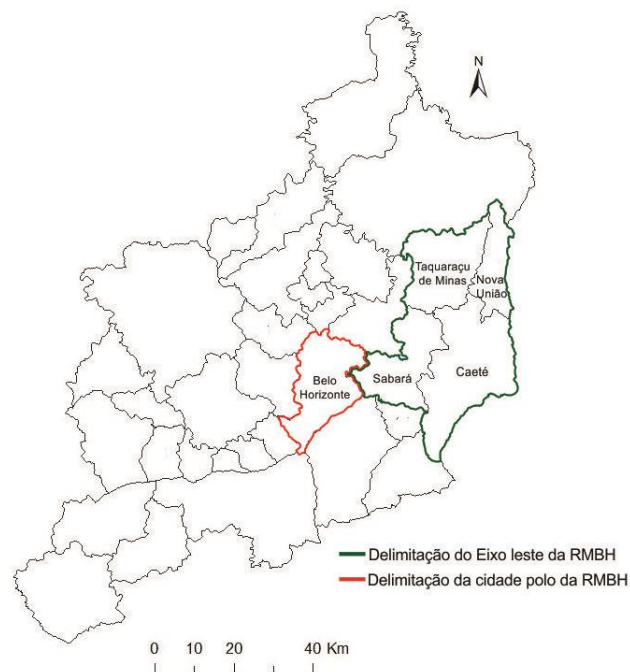
Na década de 2010, a RMBH é a terceira mais populosa região metropolitana do país, representando o centro político, econômico e demográfico do estado de Minas Gerais. A RMBH, ilustrada na figura 7, é formada por 34 municípios dos mais diversos perfis e se configura como um território de desigualdade socioeconômica. De acordo com o Censo 2010, seu Produto Interno Bruto (PIB) concentra em apenas três municípios, Belo Horizonte, Contagem e Betim, que atinge a 83,53% do PIB total metropolitano (IBGE, 2010).

Observa-se que o município de Caeté, que compõe o eixo leste da RMBH junto aos municípios de Sabará, Taquaraçu de Minas e Nova União, ilustrado na figura 8, apresenta ligações mais frágeis à dinâmica metropolitana. A reduzida integração metropolita deste eixo, se dá devido às diversas escalas de integração metropolitana no território da RMBH. Estas são identificadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento

Integrado como “duas espacialidades separadas que correspondem a distintos graus de integração de determinada área com o processo de metropolização e o tecido metropolitano resultante” (SEDRU, 2010, p.8).

O documento do PDDI identifica a primeira escala como uma “mancha urbana altamente integrada à centralidade metropolitana principal situada em Belo Horizonte, que se estende pelos demais municípios metropolitanos de forma desigual e muitas vezes descontínua”. A segunda espacialidade, de forma complementar à esta mancha urbana, “estabelece ligações mais frágeis com a metrópole, e se organiza (econômica, política, cultural e socialmente) de forma mais expressiva na escala local, contudo também sofre influências da centralidade metropolitana, em menor grau.

Figura 8 Delimitação do eixo leste da RMBH e relação com a cidade polo.



Fonte: Elaborado pela autora. Fevereiro de 2016.

Caeté se insere nesta perspectiva de baixa integração metropolitana com “centralidades onde predominam processos locais”. O SEDRU (2010, p.89) ainda explica que este conjunto de elementos “contribui para que a área permaneça estancada em termos de ocupação e integração aos processos de metropolização, em comparação com os demais vetores de expansão”.

Neste contexto, há no município uma reduzida alteração de sua estrutura urbana, em relação aos demais centros urbanos da RMBH. Esta questão se reforça devido ao baixo dinamismo econômico e crescimento demográfico que o município apresentou nas últimas décadas.

Contudo, esta reduzida alteração na estrutura urbana do município, ocasionada pela dinâmica de centralidade local, contribui igualmente para uma transformação gradativa da paisagem urbana. Dentro disso, ressalta-se as permanências de

estruturas que compõe este ambiente urbano em contraponto as substituições, recorrentes em centros urbanos com elevada integração metropolitana.

Essa questão corrobora à própria permanência das estruturas e ambientes fabris existentes no município de Caeté, as quais dotam de uma infraestrutura diferenciada, uma vez que são produto de um processo hierárquico e de dominação sobre o espaço urbano, projetadas para exercer o controle sobre os trabalhadores industriais.

Esse processo de dominação e controle sobre a mão de obra fabril a partir da concepção do ambiente construído será analisado no capítulo a seguir, o qual aborda a relação ideológica que se dá sobre os projetos urbanos implementados por experiências do *sistema fábrica com vila operária*.

3 PERCEPÇÕES DA PAISAGEM E DA MORFOLOGIA URBANA

3.1 A ideologia no projeto urbanístico: O bairro José Brandão e o primeiro Conjunto Habitacional Operário do século XX, em Caeté/MG

O período correspondente a primeira industrialização brasileira, ao final do século XIX e o início do XX, teve sua produção baseada nas indústrias têxtil, minerária e siderúrgica. Para atender às exigências destas novas atividades produtivas foram necessárias soluções habitacionais específicas (COUTO, 2017, p.01, no prelo).

Os estabelecimentos fabris com grande escala de operação tendem a instalar-se nas periferias das grandes cidades, nos núcleos urbanos do interior ou em regiões rurais. E devido ao isolamento da localização assumem a responsabilidade pela provisão de moradias e de infraestrutura local para a sua força de trabalho (PIQUET, 1998, p.21).

Este complexo formado pelo *sistema fábrica com vila operária* expõe, na realidade, uma das formas de dominação e controle do capital sobre sua força de trabalho, tornando o espaço de moradia um prolongamento da própria estrutura fabril hierárquica.

[...] como o controle da fábrica e da vila pertencia ao mesmo agente social, a vida operária nessas vilas era um prolongamento da rígida disciplina imposta pelo regime de trabalho fabril. A proximidade da produção e da reprodução assegura a assiduidade dos operários, assim como sua pontualidade. [...]

A constituição de vilas operárias vem responder aos interesses da acumulação: garantem um mercado cativo de mão de obra; permitem um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho através da dominação ideológica e política, e, ainda possibilita a diversificação de investimento [...] (PIQUET, 1998, p.22-23).

A respeito disto, Couto (2017, no prelo) traz o contexto mineiro e complementa:

Assistimos a criação de enclaves habitacionais sob controle da fábrica em locais com frequência distantes de sedes urbanas consolidadas, cuja localização se define pela proximidade da fonte de energia por queda d'água e pelo acesso às matérias primas, sendo igualmente relevante o acesso ao mercado consumidor. Mas ressalte-se a dificuldade em recrutar mão de obra qualificada – regularmente importada da Europa – e mesmo de fixação da mão de obra livre não qualificada.

Há de se destacar que este processo ocorreu durante o período de transição de mão de obra escrava para o trabalho livre. E que este se deu de maneira lenta e com dificuldades de fixação dos trabalhadores livres no meio operário, por optarem pelo

trabalho rural nas fazendas ou pela atividade de subsistência (COUTO, 2017, no prelo).

Estudos sobre as cidades industriais mineiras apontam que a implantação de unidades siderúrgicas se deu em áreas relativamente pouco urbanizadas. Contudo, em espaços estratégicos com relação ao abastecimento fabril e escoamento da produção em grandes centros urbanos. Esta localização estratégica se relaciona à estruturação microrregional das metrópoles, processo comum à urbanização brasileira, na qual a implantação de estruturas fabris de bens duráveis se dá em regiões e municípios próximos ao centro urbano consolidado (COSTA; MONTE-MÓR, 1995).

A instalação da siderúrgica J. S. Brandão & Cia. próxima ao núcleo urbano do município de Caeté não é exceção à regra. Sua instalação se dá em um espaço estratégico, no interior de Minas Gerais, nas proximidades do centro urbano da capital mineira.

Para a sua manutenção e garantia de oferta mão de obra, a empresa da área de siderurgia construiu sobre o território do município de Caeté toda a infraestrutura para seus funcionários, composta por residências, comércios, hospital, escolas, entre outros. A construção do conjunto habitacional no bairro operário José Brandão exemplifica esta estrutura fabril, na qual o ambiente construído reproduz na estrutura urbana a hierarquia funcional fabril e a estratificação por categoria e padrão salarial da indústria.

Como descreve Resende (2007, p.91), na década de 40, a antiga região Mundéus transformou-se no bairro residencial José Brandão, que se destinava aos operários da empresa. Concomitante a este, foram erguidos o bairro Europeu, que acomodava especificamente a diretoria composta por europeus, majoritariamente franceses, e o bairro Americano, que abrigava os trabalhadores de nível intermediário em termos da sua formação técnica e de ocupação.

Nesse contexto de controle e dominação sobre a mão de obra operária no espaço fabril e no espaço urbano, o panóptico torna-se uma estratégia fundamental para manutenção desta ideologia. Santos (1988, p. 23) explica o panóptico como uma torre edificada que em seu interior permite a visão e o controle de todo o ambiente. O controle se dá pela incerteza, uma vez que, neste recinto da torre interior instalam-se

os vigilantes, de forma que os vigiados nunca sabem se estão sendo observados ou não, e na incerteza vigiam a si mesmos.

Este modelo de dominação teve grande alcance, e foi utilizado largamente por espaços nos quais o controle é desejado, como prisões, hospícios, quartéis, sendo utilizado também em hospitais, escolas, construções religiosas e fábricas.

Instalados pelos interesses dos detentores do poder, os arquitetos acabarão por desenhar fábricas panópticas, bem de acordo com as ideias de Taylor, adepto da vigilância contínua como garantia de produtividade. Também irão projetar e realizar soluções habitacionais para operários [...]. Finalmente, a ideia se estende ao conjunto do espaço urbano no final do século XIX [...] (Santos, 1988, p. 23-24).

Essa estratégia de controle e dominação é comumente utilizada no sistema fábrica com vila operária, na qual a presença da própria estrutura fabril cumpre o papel da torre de observação sobre o espaço urbano, o qual se encontra sob permanente controle dos detentores do poder. Para a análise do projeto urbanístico do conjunto habitacional no bairro operário José Brandão, é importante compreender a ideologia que o constitui, relatada anteriormente, tal como compreender os aspectos físicos que incidem sobre esta ideologia de dominação e controle da força de trabalho.

Os estudos desenvolvidos por Blay (1985) sobre vilas operárias em São Paulo, na primeira metade do século XX, trazem importantes indicações sobre as vilas operárias urbanas e o que se propunha em termos físicos para estas vilas, assim como quais as principais preocupações do Estado sobre este espaço e sua população.

Dentre os elementos que a autora pesquisa, é de interesse investigar as similaridades possíveis quanto as vilas operárias periféricas. Dos aspectos apresentados por Blay, a questão da saúde, do controle de problemas sanitários e de epidemias é certamente um aspecto partilhado por estes dois modelos.

Pertinente a esta questão da saúde, foram elaboradas diretrizes básicas para construção destas vilas, que dizem respeito a indicações de afastamentos, pé-direito, número de cômodos dentre outros parâmetros. Contudo, Blay (1985, p.73) destaca que o que se propunha era “uma casa operária que, legalmente, possa ser de menor qualidade com relação aos padrões da época, estabelecidos no Código de Postura” e complementa “o Governo propõe a construção de casas dotadas de higiene e

conforto, claro que um ‘conforto operário’, dada a redução dos padrões de construção”.

Cabe a esta pesquisa o questionamento se a construção do bairro operário José Brandão perpassou por estas preocupações quanto à qualidade do ambiente e das construções. A ausência de documentação e registro não permite constatações quanto a este aspecto. Outra questão similar aos modelos de vila operária é a própria necessidade de viabilização e implantação de um sistema de transporte de ligação ou de abastecimento da região. Neste aspecto, a implantação do bairro operário José Brandão e da própria companhia J. S. Brandão & Cia. se deu junto a linha férrea, a partir da qual se cumpria a dupla necessidade de abastecimento da região e de escoamento da produção fabril.

A discussão apresentada por Blay (1985) diz respeito ao processo de construção de vilas operárias destinadas a suprir a demanda habitacional da cidade de São Paulo. A discussão, que apesar de não ser a mesma realidade do conjunto habitacional no bairro operário José Brandão, contribui e traz elementos importantes a compreensão do contexto de implantação de vilas operárias no Brasil e em Minas Gerais.

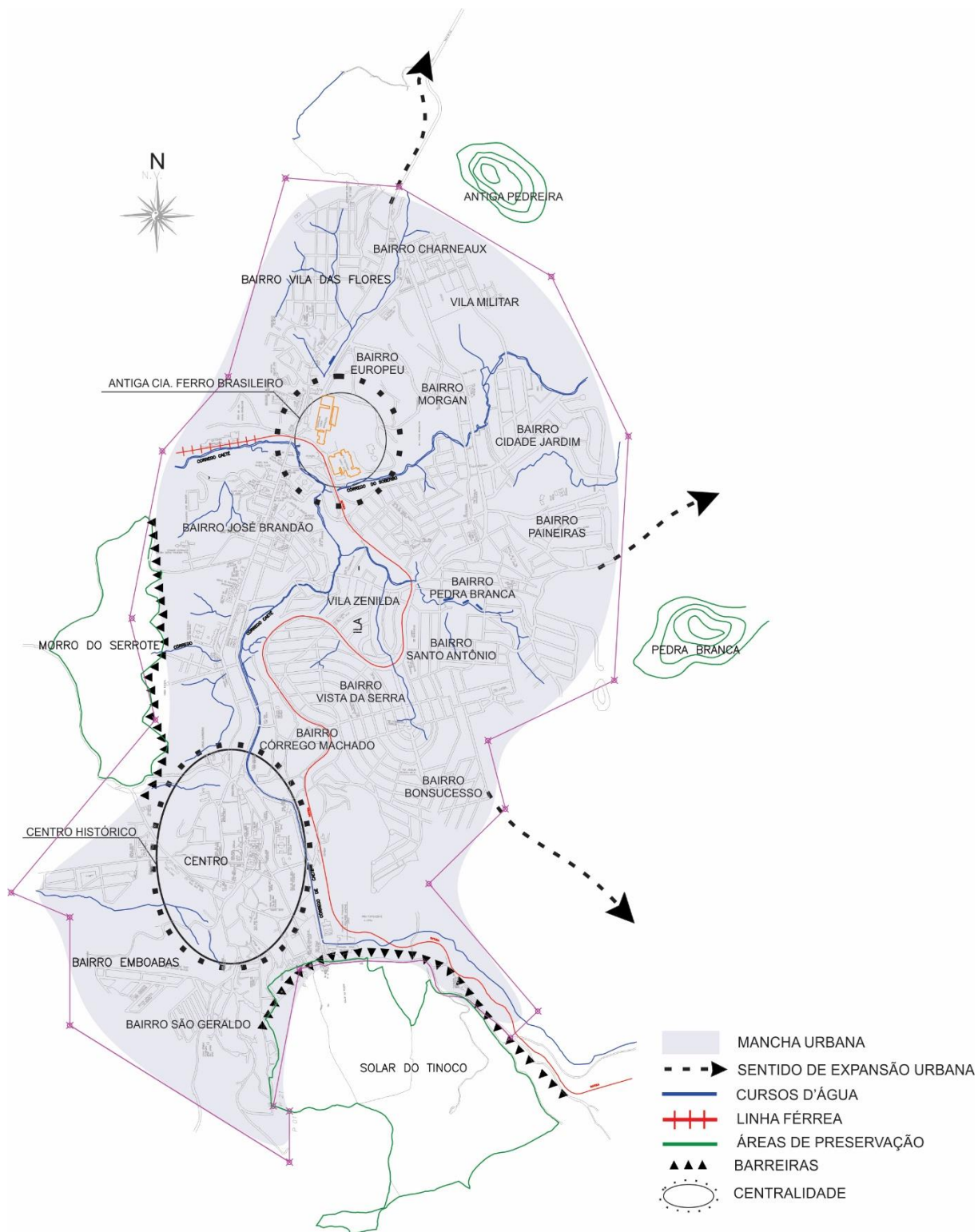
A seguir é realizada a análise da estrutura urbana do bairro operário José Brandão, a qual será abordada a partir da conjunção de elementos da forma urbana, com base no trabalho desenvolvido por Conzen (2004), e da percepção ambiental e dos conceitos construídos pelo urbanista Kevin Lynch (1982).

3.2 Percepção Ambiental e Estrutura Urbana: uma análise sobre o tecido urbano do Conjunto Habitacional Operário

Ao final do século XX, as atividades fabris se encerraram e toda infraestrutura edificada para os operários e funcionários da siderúrgica se encontra integrada a estrutura urbana do município de Caeté.

O projeto urbanístico do conjunto habitacional, que em outro momento cumpria o papel de controle e prolongamento da estrutura fabril sobre a espaço urbano, no início do século XXI passa a conformar a paisagem do município, a qual é inegável às transformações temporais decorrentes das demandas contemporâneas e das mudanças sociais, políticas e econômicas. Essa questão se dá também a própria propriedade dos imóveis, que no final do século XX, passa a ser dos próprios moradores.

Figura 9 Estrutura Urbana de Caeté, em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017. Base: Prefeitura Municipal de Caeté, 2014.

A estrutura urbana do município de Caeté, expressa pela figura 09, traz diversos elementos de leitura do espaço urbano e da inserção do Conjunto Habitacional no

bairro operário José Brandão. Este se insere na porção noroeste do perímetro urbano e se localiza relativamente próximo ao centro comercial, que coincide com o centro histórico do município.

Os vetores de expansão urbana possuem sentido norte, leste e sudeste. Essa questão se dá devido a presença de barreiras físicas nas porções sul e oeste do perímetro urbano, delimitadas pela alta declividade do relevo nas áreas de preservação do Solar Tinoco e do Morro do Serrote. Outros elementos importantes presentes por todo o perímetro urbano são os cursos d'água, sendo o mais expressivo o Córrego Caeté, que ao longo de seu curso é acompanhado pela implantação da Linha Férrea, ilustrados na figura 10.

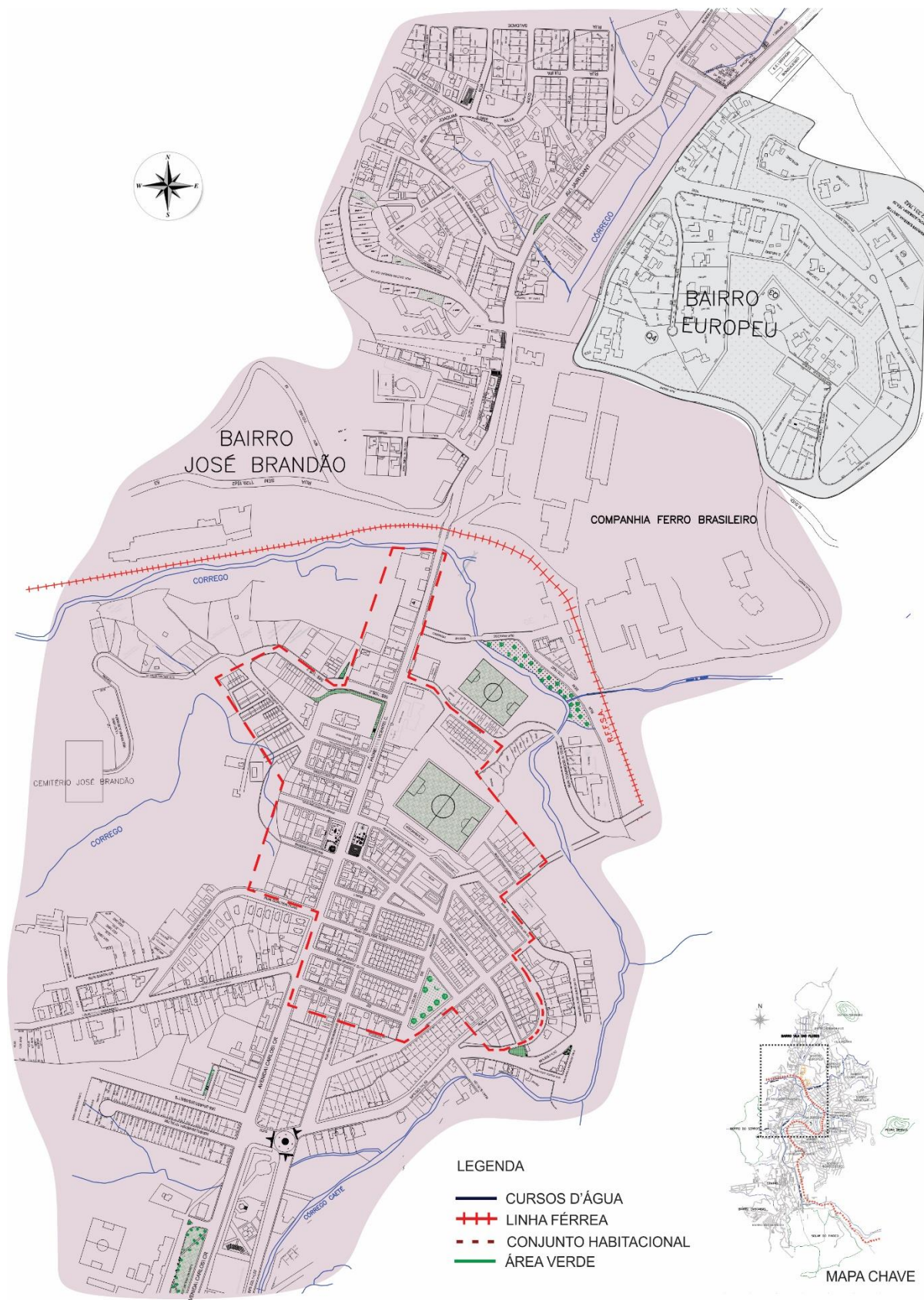
O Conjunto destes dois elementos, que seguem do sentido noroeste ao sudeste, estratificam o perímetro urbano, na medida em que na porção oeste se encontra a ocupação mais antiga da zona urbana do município, marcada pela implantação do centro histórico e pelas estruturas fabris do século XIX e XX, e na porção leste situam-se ocupações relativamente mais recentes.

Para realizar a leitura da paisagem Urbana do Conjunto operário inserido no bairro José Brandão e sua inserção no município de Caeté tomaremos os conceitos do pesquisador Kevin Lynch (1982). Lynch desenvolveu seu trabalho sobre a percepção urbana e formulou métodos de análise e identificação de elementos da paisagem que contribuem para a leitura e a constituição do que se poderia compreender como qualidade urbana. Serão trabalhados os conceitos de legibilidade, identidade, estrutura e significado.

O pesquisador explica a legibilidade como a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente e, explica que uma cidade legível seria a qual suas delimitações são facilmente identificáveis passíveis de agrupamentos e estruturas globais (LYNCH, 1982, p. 13), que serão detalhadas a seguir.

A análise sobre a legibilidade, inicialmente, parte da diferenciação entre a delimitação do bairro José Brandão e do Conjunto Habitacional situado no seu interior, ilustrado na figura 09. O bairro José Brandão possui uma delimitação física e política mais abrangente, no qual além do Conjunto habitacional está a própria estrutura fabril da antiga CFB e outras edificações.

Figura 10 Estrutura Urbana do bairro José Brandão e delimitação do Conjunto Habitacional Operário.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017. Base: Prefeitura Municipal de Caeté, 2014.

O Conjunto Habitacional é identificado como um tecido urbano que compõe o bairro José Brandão, o qual será o foco desta análise. O tecido urbano se constitui a partir da junção e organização de diversas quadras com formas e lotes de padrões similares, que apesar das semelhanças, podem conter variações quanto ao dimensionamento dos lotes e aos tipos edifícios presentes.

Dentro disto, a legibilidade do espaço urbano do Conjunto Habitacional se inicia em sua implantação no interior do bairro delimitada por barreiras físicas bem demarcadas. As barreiras físicas identificadas como limites, são “elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade [...]” (LYNCH, 1982, p.58).

São elementos lineares presentes nesse ambiente urbano, apresentados na figura 10, o Córrego Caeté e a linha férrea, que é implantada junto ao leito do córrego, e circunda a porção norte, leste e sudeste do Conjunto Habitacional.

Também é identificado, como barreira, o relevo acentuado do Morro do Serrote na porção oeste e sudoeste, que unido aos elementos lineares forma um enclave físico sobre o território do conjunto, contribuindo para a sua legibilidade no espaço urbano.

A legibilidade desta porção citadina é expressa também pela própria composição do traçado viário, que apresenta um padrão quanto aos quarteirões, lotes e vias. O traçado viário é marcado por um eixo principal, identificado pela avenida Carlo Cruz que se transforma na avenida Padre Vicente C. Borges, o qual divide o Conjunto Habitacional em duas áreas distintas, à oeste e à leste.

A área situada na porção oeste, no sentido da barreira física do Morro do Serrote, implanta-se sobre um relevo acentuado, tornando o traçado viário nesta porção mais orgânico que se adequa às curvas de níveis. Nesta porção, os quarteirões possuem formas diversas, apesar da presença de algumas quadras regulares, situados no alinhamento do eixo principal.

A própria conformação do terreno acentuado e o traçado orgânico proporcionam a formação de lotes de diversas dimensões, sobretudo com formas mais longitudinais e testadas estreitas.

Por outro lado, a porção implantada no sentido leste do eixo principal do conjunto habitacional, situa-se em uma área com relevo relativamente com menor inclinação,

o que permite um traçado viário regular. Este é dotado de quadras bem definidas em sua forma e organização, as quais possuem lotes regulares e com menor variação quanto à dimensão.

Outro elemento que compõe a legibilidade do Conjunto operário é a presença da estrutura fabril da antiga Companhia Ferro Brasileiro, apresentada na figura 11 e 12, identificada como um ponto marcante ou local privilegiado na paisagem. Na definição de Lynch este elemento é compreendido como objeto físico de referência, distinção e evidência.

Figura 11 Presença da estrutura fabril na paisagem urbana de Caeté, no início do séc. XXI. Vista a partir do bairro José Brandão.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 12 Registro da Companhia Ferro Brasileiro na segunda metade do século XX.



Fonte: Acerco RFFSA.

A legibilidade do Conjunto é compreendida a partir dos elementos elencados, que associados, são capazes de produzir uma delimitação nítida deste espaço urbano. A legibilidade também é um processo de construção social coletiva, na qual os elementos de referência são determinados pelos diversos grupos atuantes no espaço urbano.

Compreendendo a origem operária deste ambiente, a estrutura fabril da antiga siderúrgica se perpetua como elemento de referência na paisagem. Contudo outros elementos foram construídos e referenciados pela população local, como a própria fábrica de produtos alimentícios Emboabas, instalada no município ao final da década de 1980 e popularmente conhecida como Aritana, apresentada na figura 13.

A inserção da fábrica Emboabas no bairro José Brandão traz outra referência, para além do objeto físico, que é a percepção a partir do olfato. A presença da indústria de produtos alimentícios é notada antes mesmo da percepção de sua estrutura física na

paisagem, uma vez que, o odor de sua produção de doces se estende por toda a extensão territorial do bairro.

Figura 13 Estrutura fabril da antiga Companhia Ferro Brasileiro e da Fábrica de produtos alimentícios Emboabas, na paisagem urbana do bairro José Brandão, em Caeté.



Fonte: Autora, 2016

Os conceitos de identidade, estrutura e significado são três componentes da mesma variável, dessa forma, tendem a ser trabalhados conjuntamente. Contudo, os componentes identidade e estrutura tratam-se objetivamente de manipulações físicas, enquanto o componente significado trata-se das relações práticas ou emocionais que se dão no ambiente físico.

A identidade, definida por Lynch (1982), é compreendida como o fator que implica distinção a um determinado objeto, é o que possibilita o seu reconhecimento como entidade separável. Dada esta definição, a pesquisa atua na verificação dos elementos que proporcionam a identidade do Conjunto Habitacional Operário inserido no bairro José Brandão, em Caeté/MG.

Essa identidade é observada na própria constituição da estrutura física do Conjunto, na qual as edificações que compõem o bairro são elementos presentes apenas nesta região, tornando esta característica única. E que apesar de ser uma característica local, o tecido deste é composto por diversas especificidades, que transformam sua área em um conjunto com partes distintas.

O Conjunto inserido no bairro José Brandão possui uma legibilidade que o delimita espacialmente dentro do ambiente urbano, da mesma forma possui uma identidade que o distingue no interior do bairro e dos demais bairros do município.

Todavia, como explicado, possui especificidades em seu interior no que diz respeito à composição dos quarteirões, ao dimensionamento dos lotes e as tipologias

arquitetônicas. Estas questões serão apresentadas a seguir na análise do padrão de uso e ocupação do Conjunto Habitacional e sua estratificação social.

3.3 Do padrão de uso e ocupação do solo às edificações no projeto urbanístico do Conjunto Habitacional Operário

A análise do tecido urbano do Conjunto Habitacional permitiu sua identificação e delimitação dentro do bairro José Brandão e do perímetro urbano de Caeté. Observa-se que a composição do Conjunto se dá pela constituição de quarteirões com padrões similares que, todavia apresentam alguma diversificação e não estão segregados no traçado viário do bairro.

O projeto urbanístico do Conjunto Habitacional, identificado como um dos tecidos que compõe o bairro José Brandão, se relaciona diretamente com a projeção da ideologia de dominação sobre o espaço urbano, no qual há a estratificação social seguindo a própria hierarquia fabril.

Para a identificação e definição dos diversos tipos edifícios e sua relação com a estratificação social presente no Conjunto Habitacional, aspecto que o diferencia do restante do bairro José Brandão, foram analisadas as especificidades quanto aos padrões de uso e ocupação do solo. Estas especificidades tratam da presença dos tipos edifícios e sua relação com a forma do quarteirão e ao dimensionamento do lote, detalhados a seguir.

São identificados no Conjunto Habitacional a presença de dois tipos edifícios, o primeiro denominado tipo edifício especializado, que diz respeito as edificações complexas e de maiores proporções, marcadas pelo padrão de uso industrial, comercial e institucional. O segundo é o tipo edifício básico, marcado pelo padrão de uso residencial, identificado pelas residências unifamiliares dos mais diversos padrões de ocupação (PEREIRA COSTA; GIMMLER NETTO, 2015).

São identificados, na região do Conjunto Habitacional Operário, diversas edificações do tipo edílico especializado, dentre estas a fábrica da antiga siderúrgica Companhia Ferro Brasileiro, que ocupa uma extensa área e após o encerramento de suas atividades teve sua estrutura ocupada por outra indústria, a fábrica de produtos alimentícios Emboabas, que permanece em funcionamento.

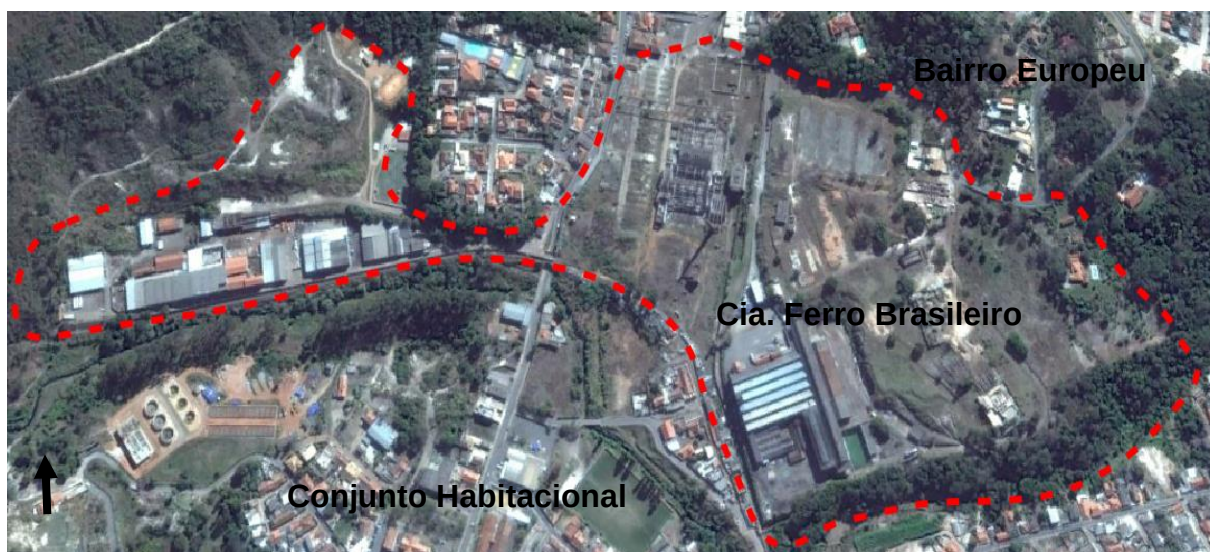
.

Sua implantação se deu na região próxima ao leito do Córrego Caeté, local o qual o terreno apresenta declividade pouco acentuada e possibilita a ocupação de grandes estruturas. Essa questão também condiz com a própria implantação da linha férrea ao longo do leito do Córrego Caeté por todo o perímetro urbano do município. Como explica o documento elaborado pelo PLAMBEL:

São poucas as áreas planas encontradas em Caeté. A apresentam-se encaixadas ao vale do Ribeirão Caeté, e a confluência deste Ribeirão com o Córrego Soberbo. Prestam-se ao parcelamento regular e à implantação de atividades que exijam amplas áreas e acesso fácil de cargas (depósito, fábricas, grandes equipamentos) e facilidade de acesso e deslocamentos internos para pessoas e veículos (centro de comércios e serviços). A Companhia Ferro Brasileiro encontra-se implantada nas áreas planas junto à confluência do Ribeirão Caeté e Córrego Soberbo. (PLABEL, p.38, 1977)

Esta região apresenta baixa taxa de ocupação, como é possível observar na figura 14, e é dotado de diversos espaços livres. Observa-se também, que esta porção demarca o limite entre o Conjunto Habitacional e a outra porção do bairro José Brandão. E ainda faz fronteira com o bairro Europeu, implantado logo após a área ocupada pela antiga siderúrgica.

Figura 14 Vista aérea da implantação da antiga Cia. Ferro Brasileiro.



Fonte: Google Earth, 2017

Quanto aos demais tipos especializados presentes do Conjunto Habitacional datados da época de construção deste, estão a Escola Municipal João Monlevade, que é

implantada junto à praça Getúlio Vargas, a Igreja católica de São Francisco de Assis a antiga hospedaria, e a edificação da atual secretaria municipal de educação, como apresenta as figuras 15, 16, 17 e 18, respectivamente.

Figura 15 Escola Municipal João Monlevade situada na Praça Getúlio Vargas



Fonte: Google Earth, 2017.

Figura 16 Igreja São Francisco de Assis na avenida Padre Vicente C. Borges.



Fonte: Autora, 2016.

Figure 17 Antiga Hospedaria situada na rua Presidente Kennedy



Fonte: Autora, 2016.

Figure 18 Secretaria Municipal de Educação na avenida Padre Vicente C. Borges.



Fonte: Autora, 2016.

Há também a presença de instituições e comércios, ao longo da avenida Padre Vicente Borges e da avenida Carlos Cruz, implantados posteriormente a construção do Conjunto, como é o exemplo da Secretaria Municipal de Educação, do supermercado e de pequenos comércios, ilustrados nas figuras 19 e 20 respectivamente.

Estas estruturas comerciais e institucionais, que início do século XXI estão totalmente integradas ao tecido urbano, surgem para suprir a necessidade da população local, que até a implantação destas se supria em pequenas mercearias e/ou buscavam esse tipo de comércio e serviço na área comercial do bairro José Brandão ou no centro comercial do município.

Figura 19 Supermercado situado a Rua Padre Vicente Borges.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 20 Imóveis comerciais situados na avenida Calos Cruz.



Fonte: Autora, 2016.

As estruturas identificadas como tipo edifício básico são residências, as quais há a predominância unifamiliar de um pavimento. É observado a existência de variação deste tipo básico, quanto ao padrão de ocupação, que se relaciona diretamente à forma da quadra em que o tipo está inserido e ao dimensionamento do seu lote.

Desta forma, identificou-se três tipos edifícios básicos através dos elementos, do uso, do padrão de ocupação no solo (a relação da quadra e do lote) e da fachada.

O primeiro tipo é denominado de Residência Unifamiliar Isolada (RUI), por ser implantada no interior de lotes regulares com afastamentos em três ou quatro fachadas.

O segundo é a Residência Unifamiliar Geminada (RUG), dotada de afastamentos em três fachadas, implantada em quadras regulares ou altimétricas e com variações quanto ao dimensionamento da fachada frontal.

O terceiro tipo básico é a Residência Unifamiliar em Fita (RUF) que ocupa quase a totalidade do quarteirão regular em que é implantada e possui afastamento em uma ou duas fachadas apenas.

O tipo RUI está implantado em quadras regulares de traçado reticular. Este tipo, situa-se predominantemente no eixo viário principal do Conjunto Habitacional, ou seja, ao longo da avenida Padre Vicente Borges.

Estas quadras apresentam lotes regulares de dimensões moderadas, que permitem a presença garagens e jardins, contudo são quadras de média à alta taxa de ocupação.

Como característica marcante deste tipo tem-se a presença de exemplares residências unifamiliares de um pavimento e médio padrão, sendo os exemplares majoritariamente do estilo *eclético*, como o apresentado pelas imagens 21 a 24. Observa-se que estes imóveis não possuem muros ou grades altas, o que possibilita a visão da fachada frontal a partir da via urbana.

Figura 21 Imóvel residencial, situada na rua José Custódio Filho. Tipo RUI.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 22 Imóvel residencial, situada na avenida Padre Vicente C. Borges. Tipo RUI.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 23 Residência unifamiliar, situada na Rua 20. Tipo RUI.



Fonte: Autora, 2016.

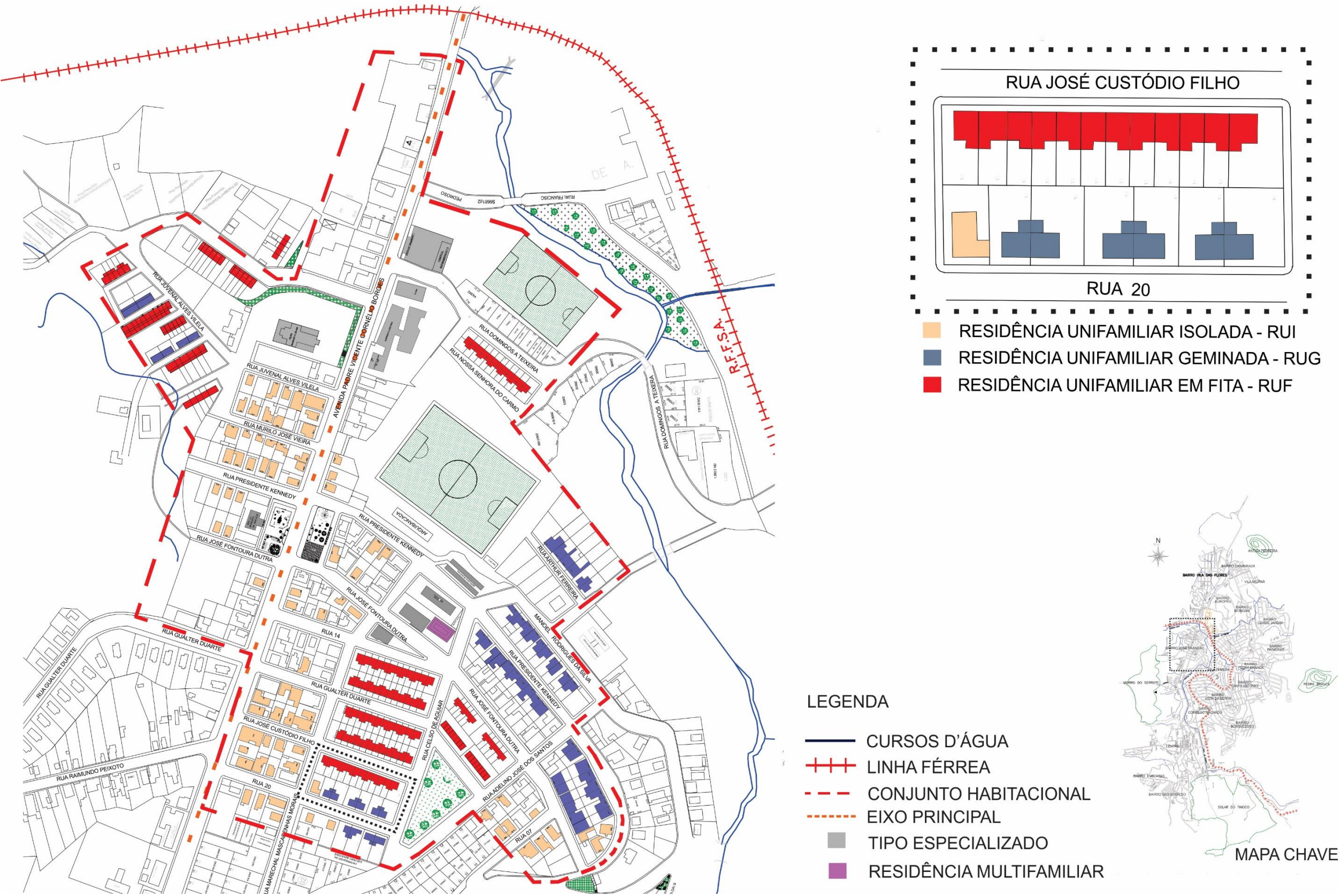
Figura 24 Residência unifamiliar, situada na Rua Presidente Kennedy Tipo RUI.



Fonte: Autora, 2016.

Na figura 25, são apresentadas as localizações dos três tipos edifícios identificados no Conjunto Habitacional, e a forma de ocupação que estes possuem com relação ao lote e a quadra que se inserem.

Figura 25 Conjunto Habitacional operário com a identificação dos diversos tipos existentes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Sobre o tipo edilício RUI, observa-se que este é um padrão tipológico presente em diversas experiências do *sistema fábrica com vila operária*.

Correia analisa que este estilo arquitetônico foi demasiadamente difundido nas décadas de 1930 e 1940, sendo muito presente em construções realizadas por indústrias brasileiras.

Em vilas operárias e núcleos fabris erguidos entre as duas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX é possível localizar em casas, igrejas, escolas e instalações industriais, exemplares de arquitetura com fachadas recobertas por decoração de viés eclético. A noção de racionalidade que rege o mundo fabril não impediu que o mesmo não deixasse contaminar pela profusão de ornatos que constituiu uma das expressões externas da arquitetura eclética. Embora geralmente de forma relativamente despojada e econômica – se comparada com construções vinculadas a outras atividades como as de comércio e os serviços, por exemplo - a indústria não deixou de lançar mão em suas construções de motivos do amplo repertório ornamental eclético. Tal repertório - além de recuperar elementos da linguagem clássica como pilastras, frontões, cornijas, etc. - acrescentou às composições de fachadas uma ampla gama de elementos decorativos que incluía compoteiras, esculturas, volutas e apliques sobre a alvenaria com motivos associados à natureza (flores, conchas, etc.) ou seguindo formas geométricas. Nestas fachadas, as platibandas são elemento de destaque, concentrando a maior parte dos elementos decorativos. (CORREIA, 2010, p.11)

Correia (2010) complementa que este tipo de construção, às vezes, era voltadas apenas às famílias dos técnicos especializados ou gerentes das empresas, uma vez que, enquanto “Símbolo de conforto e bem-estar, estas casas introduziram nestes lugares um padrão de moradia que estabelecia contrastes com as pequenas moradias operárias – muitas vezes, dispostas em renque e desprovidas de jardins – demarcando o lugar dos segmentos superiores da hierarquia da empresa”.

A localização vantajosa, próxima ao eixo principal delimitado pela avenida Padre Vicente C. Borges, e a própria qualidade das residências, apresentadas nas figuras anteriores, contribui ao indicio de que este espaço residencial era destinado aos trabalhadores de nível médio e a técnicos da siderúrgica. Uma vez que são residências dotadas de jardins, alpendres e amplos afastamentos laterais, que foram revertidos em garagens. Este conjunto de elementos remetem à um padrão de moradia e socioeconômico destinado a técnicos, isto dentro de uma hierarquia fabril.

O segundo tipo, RUG, é caracterizado por residências geminadas destinadas à trabalhadores da antiga CFB, implantadas em quadras regulares de padrão reticular, com lotes também regulares com dimensões moderadas.

Este tipo possui algumas variações quanto ao dimensionamento da fachada e do lote, sendo que os exemplares situados na rua 20, ilustrados pelas figuras 26 e 27, possuem fachada frontal maior, são dotados de afastamento lateral de maior dimensão, transformados em garagens, e possuem alpendre na fachada frontal. Já os exemplares presentes na rua Jose Fontoura e rua Presidente Kennedy, ilustrados pelas figuras 28 e 29, respectivamente, se destoam pela fachada frontal de menor dimensão, a ausência do alpendre e em alguns casos, não possuem afastamento lateral vantajoso que permita a presença de garagem.

Figura 26 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua 20. Tipo RUG.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 27 imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua 20. Tipo RUG.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 28 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua José Fontoura Dutra. Tipo RUG.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 29 Imóvel residencial unifamiliar geminado, situado à Rua Presidente Kennedy. Tipo RUG.



Fonte: Autora, 2016.

O terceiro tipo, RUF, é caracterizado por edificações residências em fita, sendo estas edificações longitudinais que se estendem no mesmo sentido da quadra de um limite ao outro, no qual as residências são segmentadas em lotes transversais a quadra e que, notadamente, são estreitos, como ilustra as figuras 30 a 33.

Estas edificações não possuem afastamentos laterais e, alguns exemplares são implantados na testada do lote, se apresenta na figura 33, e que pela ausência de afastamento alguns imóveis ocupam a calçada, gradeando-a.

Este tipo de residência, identificada apenas no interior do perímetro do Conjunto Habitacional, trata-se do modulo de unidade mais simples de habitação, destinada aos operários da CFB.

Figura 30 Imóvel residencial em fita na rua José Custódio Filho. Tipo RUF.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 31 Imóvel residencial em fita na rua Domingos A Teixeira. Tipo RUF.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 32 Imóvel residencial em fita situado na Rua Primeiro de Maio. Tipo RUF.



Fonte: Google earth, 2017.

Figura 33 Imóvel residencial em fita situado Rua Juvenal A. Vilela. Tipo RUF.



Fonte: Google earth, 2017

Estes três tipos edifícios são observados em toda a extensão do Conjunto Habitacional, que apesar de, majoritariamente, serem implantados em quadras distintas, não se encontram segmentados. No entorno imediato do Conjunto Habitacional, são observados outros tipos de ocupações. Estas se destoam das edificações presentes no interior do Conjunto, que contribui à aferição de que foram implantadas posteriormente ao projeto urbanístico.

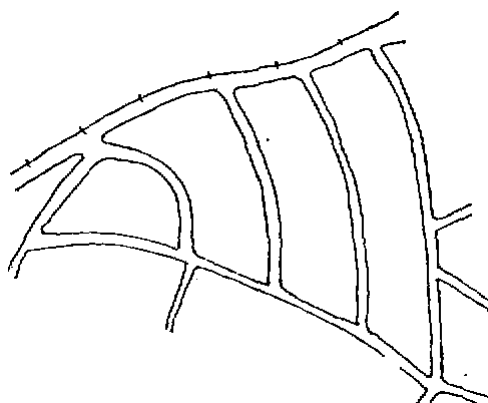
O PLAMBEL (1977) explica que esta região, ilustrada na figura 34, foi ocupada na segunda metade do século XX e concentrava neste período atividades comerciais e de serviços como serralheria, cia. Telefônica, vidraçaria, dentre outras variações.

Figura 34 Quarteirão próximo ao Conjunto



Fonte: PLAMBEL, 1977.

Figura 35 Traçado altimétrico



Fonte: PLAMBEL, 1977.

Nesta quadra, na rua Raimundo Peixoto, que apresenta lotes longitudinais de fachadas estreias devido ao traçado altimétrico da quadra, ilustrado na figura 35. Devido ao padrão de uso inicial dos imóveis, que até o final do século XX era comercial

Figura 36 Imóveis a Rua Raimundo Peixoto.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 37 Imóvel na Rua Raimundo Peixoto.



Fonte: Autora, 2016.

e a própria forma estreita dos lotes, tem-se um padrão de ocupação sem afastamentos frontais e laterais, como apresenta a figura 36 e 37.

No início do século XXI estas edificações são, majoritariamente, alteradas seu uso para residencial e apresentam poucas alterações visíveis em suas estruturas. Na outra porção da quadra está a rua Gualter Duarte e a rua Santa Cruz, nestas situam-se residências unifamiliares de padrão socioeconômico médio a alto, caracterizadas por lotes e edificações de maiores dimensões e afastamentos, ilustrado na figura 38 e 39.

Figura 38 Imóveis na Rua Santa Cruz.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 39 Imóveis na Rua Gualter Duarte.



Fonte: Autora, 2016.

Esta porção do bairro, apesar de implantada posteriormente ao Conjunto Habitacional, se encontra totalmente integrada à malha urbana, da mesma forma outras áreas adjacentes ao Conjunto.

No início do século XXI, a área delimitada pelo Conjunto Habitacional Operário se encontra totalmente integrada à malha urbana do distrito Sede. O padrão de uso e ocupação do solo e o tipo edificado são elementos que permitem a sua distinção do seu entorno.

Além das diversas ocupações recentes, no interior do bairro, são observados também inseridos no Conjunto Habitacional diversas transformações que se dão, principalmente, sobre as edificações. Estas transformações ocorrem a partir da alteração ou substituição dos tipos edificados presentes. Constata-se que estas são resultantes das necessidades e das demandas contemporâneas da população residente. A seguir serão identificadas as principais transformações que ocorrem no

interior do Conjunto Habitacional Operário e verificado sua recorrência a partir do tipo edifício, além de analisar as consequências destas transformações sobre a paisagem Urbana local.

4 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA INDUSTRIAL

Para compreender a realidade do espaço urbano, Reis Filho (1997, p.15) expõe que é necessário que nossa visão não seja estática, já que nosso objeto de estudo está sempre em transformação, dessa forma o que estudamos é sempre um *processo*.

O processo, objeto de estudo deste capítulo, é a própria transformação da paisagem Urbana no Conjunto Habitacional Operário inserido no bairro José Brandão. Para esta análise serão verificadas as principais transformações e permanências no interior do Conjunto, além de analisar a recorrência das mudanças e substituições dos tipos edifícios já identificados.

É necessário também, o resgate dos estudos desenvolvidos sobre Patrimônio Industrial no Brasil, tal como compreender as políticas sobre o patrimônio que incidem sobre este. Essa questão contribui à análise da conjuntura nacional sobre a conservação destes ambientes industriais e como isto se desdobra sobre o território industrial.

Por fim, a discussão se volta aos impasses existentes sobre a Conservação Urbana e do Patrimônio Industrial frente às transformações da paisagem urbana resultantes das demandas e necessidades contemporâneas da população residente.

4.1 Da quadra ao lote e à edificação: análise das transformações temporais nas residências no Conjunto Habitacional Operário da primeira metade do século XX

Para a análise do Conjunto Habitacional delimitou-se duas escalas, a primeira caracterizada pelo projeto urbanístico, identificado como um tecido urbano inserido no interior do bairro José Brandão. A segunda escala é caracterizada pelo padrão de uso e ocupação do solo, que resultou na identificação dos diversos tipos edifícios presentes neste tecido urbano. Estas escalas de análise são retomadas na identificação das principais transformações e permanências neste espaço urbano.

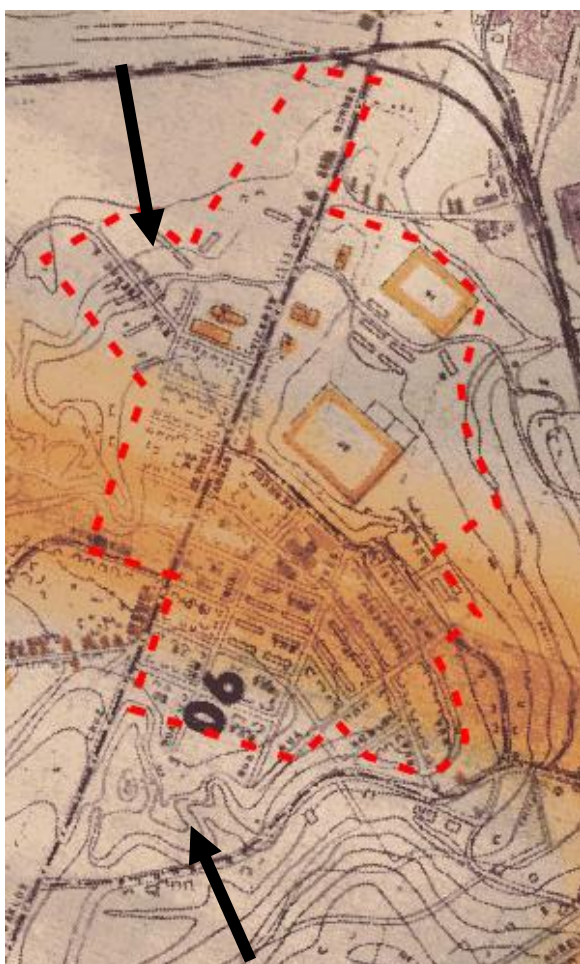
No que tange o projeto urbanístico, se observa que este se encontra totalmente integrado na malha urbana do bairro e do município de Caeté. E sua identificação se torna possível pela própria constituição de suas quadras e seu sistema viário, que não apresentaram alterações sensíveis quanto a forma e a organização.

Observa-se que, no interior do conjunto habitacional as quadras permanecem inalteradas, contudo, as quadras situadas nas bordas do conjunto, ou áreas de transição entre este e o bairro, experimentam a expansão, como ilustrado nas figuras 40 e 41.

Outra questão, que foi objeto de alteração na escala do tecido urbano, que não diz respeito diretamente a forma física deste e relaciona-se com o sistema viário é a toponímia. Inicialmente, as vias do Conjunto Habitacional possuíam a toponímia com numerações, que na década de 2010, poucas vias à mantêm.

Figura 40 Recorte do Anexo A com delimitação do Conjunto Habitacional, na década de 1970

Área ocupada sem delimitação física das quadras



Área não ocupada na década de 1970

Fonte: PLAMBEL, 1977.

Figura 41 Recorte do bairro José Brandão com delimitação do Conjunto Habitacional, na década de 2010

Delimitação física das quadras a partir da ocupação pré existente



Parcelamento da área

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No interior do tecido urbano são observadas que algumas áreas ocupadas não possuíam até a segunda metade do século XX a delimitação física enquanto quadra,

como é possível observar na figura 40. A demarcação destas áreas como quadra surgem da necessidade de delimitação da área pertencente a cada unidade habitacional e também como demanda da própria legislação municipal que rege o uso e a ocupação do solo.

Nesta escala do tecido urbano, que envolve as quadras e o sistema viário, predomina a permanência das características que constituem este espaço, quanto à forma, a organização e as dimensões. Poucas são as transformações visíveis e, que na totalidade, não alteram a legibilidade e a identidade deste espaço urbano.

Diferente da escala do tecido urbano, a escala que envolve os padrões de uso e ocupação do solo e as edificações, geralmente, apresenta uma quantidade considerável de transformações, que envolvem o uso, a forma, as dimensões e até a substituição.

Há de se ponderar que as transformações e permanências abordadas nesta escala são aferidas no âmbito da observação, ou seja, a partir de elementos visíveis na paisagem Urbana do Conjunto Habitacional. Por esta escala se tratar de uma ocorrência no interior do lote, há limitação na identificação e na percepção das mudanças visíveis.

No que se refere ao padrão de uso, há a recorrência do uso residencial unifamiliar na composição do Conjunto que, neste início do século XXI, permanece como predominância. Todavia, há presença do uso comercial no interior do bairro, situada ao longo da avenida Padre Vicente Cornélio Borges, reconhecida como eixo principal e de maior fluxo de pessoas e veículos automotores.

Apesar de poucos comércios identificados, estes resultam principalmente da substituição da edificação original e alteram além do padrão de uso, o próprio padrão de ocupação sobre o solo, como é ilustrado nas figuras 42 e 43.

Estas substituições se dão devido a própria legislação municipal, que não estabelecer parâmetros de ocupação compatíveis com as demais edificações presentes no Conjunto. Também não leva em consideração o entorno e os impactos de vizinhança, cria elementos distinguíveis no interior desta paisagem. Quanto as alterações no padrão de ocupação no solo, esta questão será apresentada junto aos tipos edifícios identificados, pois as transformações serão analisadas a partir dos mesmos.

Figura 42 Comércio situado na avenida Padre Vicente Cornélio Borges. Substituição do tipo RUI



Fonte: Autora, 2016.

Figura 43 Comércio situado na avenida Padre Vicente Cornélio Borges. Substituição do tipo RUI



Fonte: Autora, 2016.

O tipo edifício RUI, anteriormente descrito como edificações implantadas no interior do lote, é o tipo que apresenta poucas transformações quanto sua forma. São observadas a recorrência de mudanças em elementos externos à edificação, como a inserção de garagens nas laterais utilizando a área de afastamento, exemplificado pelas figuras 44 e 45, e a construção de muros ou grades.

Figura 44 Tipo RUI situado na rua José Custódio Filho.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 45 Tipo RUI situado na rua 12



Fonte: Autora, 2016.

No geral, este tipo quando mantido possui poucas transformações e quando substituído há duas circunstâncias: a primeira, diz respeito à alteração do uso, como exemplificado anteriormente; e a segunda, diz respeito à substituição deste tipo por outro tipo de residência que altera o padrão de ocupação no solo, exemplificados nas figuras 46 e 47.

Figura 46 Substituição e alteração do padrão de ocupação sobre o solo na avenida Padre Vicente C. Borges



Fonte: Autora, 2016.

Figura 47 Substituição e alteração do padrão de ocupação sobre o solo na avenida Padre Vicente C. Borges



Fonte: Autora, 2016.

É perceptível que as alterações que se dão sobre este tipo edifício concentram-se na avenida Padre Vicente C. Borges, ou seja, sobre o eixo principal deste Conjunto. O fato deste eixo ser o ambiente de maior fluxo e trânsito induz condições para a instalação de comércios e instituições.

Este espaço que possui, originalmente, a ocupação predominantemente por moradias, tem a substituição destas pelo uso comercial devido à formação deste eixo indutor em conjunto à insuficiência comercial local, que propicia a própria demanda de novos estabelecimentos.

O fato deste tipo edifício apresentar condições melhores quanto às dimensões da edificação e do lote, possibilita a resolução de necessidade com singulares alterações visíveis, como a construção de anexos, a ampliação na posterior do imóvel e outras soluções pouco usuais.

Apesar das substituições, que não são numerosas, mas significativas, há a predominância da permanência deste tipo. Este se mantém como uma das principais características do Conjunto Habitacional e contribui a legibilidade deste espaço urbano do restante do bairro.

O tipo RUG, identificado como edificações geminadas, apresenta transformações significativas, contudo não são detectadas substituições. As transformações ocorrem principalmente sobre a forma, na qual se tem a distorção resultante da ampliação da edificação. O que se observa é alteração na altimetria do imóvel, que o descaracteriza

e, inclusive, dificulta sua identificação enquanto edificação geminada, como ilustra a figura 48.

Das transformações perceptíveis sobre este tipo tem-se também a introdução de garagens nos lotes que possuem afastamentos laterais, como apresenta a figura 49, a extensão da cobertura para ampliação da área coberta e a constituição de varanda, a mudança quanto a forma de cercamento do lote e a própria alteração do formato das águas da cobertura, ilustrado nas figuras 50 e 51. A delimitação de um eixo linear na cor vermelho sobre a cobertura das edificações, ilustradas nas figuras 48 a 51, contribui a identificação destes imóveis originalmente geminados idênticos e à análise das transformações visíveis sobre este tipo, descritas anteriormente.

Figura 48 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua Presidente Kennedy.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 49 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua Presidente Kennedy.



Fonte: Autora, 2016.

Figura 50 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua José Fontoura Dutra



Fonte: Autora, 2016

Figura 51 Transformação sobre o Tipo RUG, situado na rua José Fontoura Dutra



Fonte: Autora, 2016

Estas transformações contribuem a mudança de percepção sobre esta paisagem, exteriorizam as mudanças sobre uso à medida que também expõem ensejos

contemporâneos de ampliação do espaço privado. As transformações se mesclam com as permanências, de modo que se torna pouco claro definir se um aspecto se sobrepõe ao outro.

O terceiro tipo RUF, referente as edificações em fita, possui a característica singular de ser a unidade de habitação mais simples presente no Conjunto Habitacional. Esta aferição se dá pelo fato da forma e da dimensão dispor do máximo de aproveitamento e de ocupação sobre o solo dentro da quadra e do lote. Como resultante, tem-se pequenas unidades habitacionais estreitas, que não dispõem de afastamentos laterais, quintais, jardins, varandas ou alpendres.

A condição destas unidades de habitação impõe limites aos seus usuários, que com necessidades contemporâneas, desde a inserção de garagem para veículo automotor à própria ampliação do imóvel, criam soluções diversas.

Figura 52 Transformações sobre a forma e a altimetria do Tipo RUF, situado na rua Gualter Duarte



Fonte: Autora, 2016.

Figura 53 Transformações sobre a forma e a altimetria do Tipo RUF, situado na rua Gualter Duarte



Fonte: Autora, 2016.

Tais soluções, ilustradas nas figuras 52 a 57, apresentam a versatilidade e ao mesmo tempo um processo anárquico/desordenado de produção e reprodução do ambiente construído.

Das transformações mais recorrentes e notáveis está a ampliação da edificação, que pela ausência de espaço no solo, as edificações são verticalizadas, alcançando até a três pavimentos adicionais ao térreo, como se observa na figura 53. O recurso da seta linear vertical nas figuras 52 e 53 contribuem à análise sobre a altimetria das edificações, que dispõem de número maior de pavimentos que outros exemplares vizinhos do mesmo tipo edilício.

As verticalizações, que ocorrem em menor escala sobre o tipo RUG, são predominantes sobre a edificação em fita. Há uma alteração substancial sobre a paisagem, à medida que as residências unifamiliares de um pavimento se transformam em edificação de três a quatro pavimentos, descaracterizando a forma, a dimensão e a própria composição do conjunto.

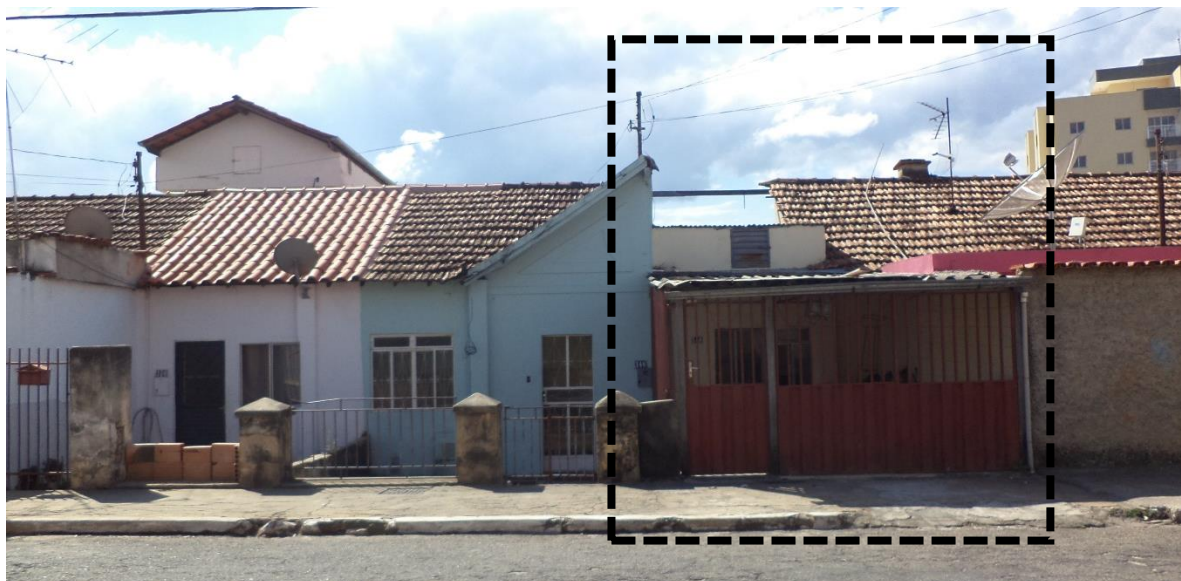
A recorrência também é evidente sobre as soluções para a inserção de garagens neste ínfimo espaço delimitado, que são estes lotes. A inserção da garagem já altera o padrão de ocupação, uma vez que o reduzido afastamento frontal que estas edificações detinham passa a ser destinado a ocupação da garagem, como é possível observar nas figuras 54. Essa questão altera a forma da própria edificação, que tem ainda seu aceso e sua fachada transformada, como é o caso da fachada alterada ilustrada na figura 55, a qual é delimitada pela forma tracejada.

Figura 54 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua 14



Fonte: Autora, 2016.

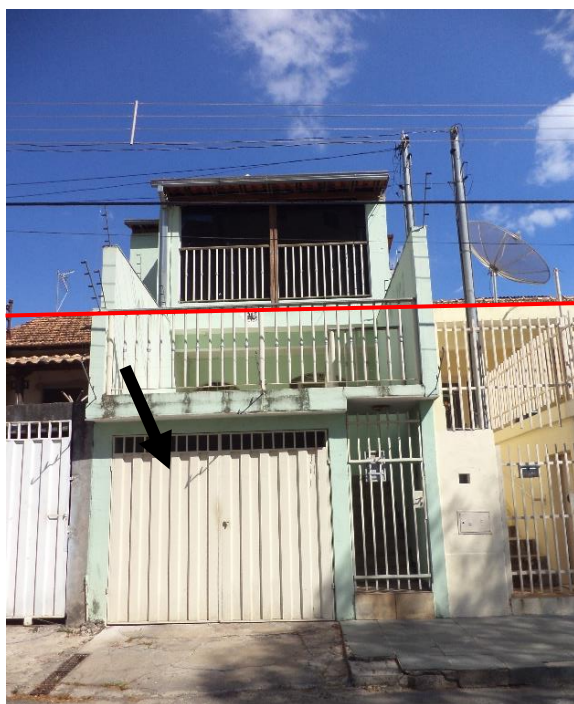
Figura 55 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte



Fonte: Autora, 2016.

As figuras 56 e 57 ilustram a alteração sobre a altimetria original dos imóveis, demarcada pelo eixo linear horizontal na cor vermelho. Observa-se além do aumento de pavimentos a própria alteração sobre a ocupação no solo e a inserção de garagens.

Figura 56 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte



Fonte: Autora, 2016.

Figura 57 Transformações sobre o Tipo RUF situado na rua Gualter Duarte



Fonte: Autora, 2016.

As transformações visíveis que se dão sobre este tipo são marcantes, possuem numerosas variações e evidenciam na paisagem as contradições sociais que

reverberam sobre a própria ocupação do solo. Ou seja, a própria condição hierárquica fabril imposta aos trabalhadores por meio de habitações limitadas quanto à forma, às dimensões e à implantação sobre o terreno, exige desses a formulação de soluções frente às suas demandas concretas que, por vezes, levam à descaracterização ou até ao prejuízo a qualidade do imóvel.

Dentro deste contexto de Transformação da paisagem urbana, que se insere no território industrial, cabe compreender a constituição deste espaço enquanto Patrimônio Industrial e ainda o que tem-se desenvolvido em termos de estudos sobre a conservação deste ambientes.

A seguir será apresentado, brevemente, estudos sobre o reconhecimento e a conservação do Patrimônio Industrial no Brasil. Busca-se o entendimento sobre as formulações de políticas de patrimônio que estão em construção para estes territórios.

4.2 O re(conhecimento) do Patrimônio Industrial no Brasil

O reconhecimento do patrimônio industrial ainda é relativamente recente e opera a partir da resignificação dos vestígios da produção industrial, que passa a ter reconhecimento como registro importante de atividades econômicas e industriais de uma sociedade dotadas de valor cultural.

Essa questão, se insere dentro da perspectiva de ampliação do próprio conceito de patrimônio⁴, “que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo” (CASTRIOTA, 2009, p.84).

E ainda, no que se refere ao patrimônio arquitetônico, desloca a concepção tradicional de monumento único e de excepcionalidade atribuída pelo valor histórico e/ou valor estético das edificações para a junção de outros critérios como entorno, ambiência e significado (CASTRIOTA, 2009, p.85).

A valorização e as iniciativas de preservação do ambiente industrial, apesar de já presentes no século XIX, tornaram-se ações mais sistemáticas a partir da segunda metade do século XX. Esse processo se inicia na Europa, com a destruição de

⁴ Ver CASTRIOTA, 2009.

edifícios significativos como a Bolsa de Carvão e a Estação Euston, em Londres, na Inglaterra, e o Mercado Central, em Paris, na França (KUHL, 2010, p. 24).

No Brasil, durante o mesmo período, tem-se a primeira ação pioneira dedicada a preservação do Patrimônio Industrial, o tombamento pelo IPHAN, em 1964, do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, no município de Iperó-SP. Contudo, apesar do pioneirismo, as iniciativas no âmbito do patrimônio industrial são raras desde então (KUHL, 2015, p. 01).

No âmbito da academia, as pesquisas e investigações sobre Patrimônio Industrial vinculam-se a difusão da disciplina de arqueologia industrial durante a década de 1970. Todavia, os pesquisadores deste campo de conhecimento ponderam que “as pesquisas e a preservação do patrimônio industrial no Brasil são ainda incipientes, e seu campo teórico, metodológico e prático para o conhecimento sobre o patrimônio industrial está ainda disperso em esforços isolados e pouco difundidos” (AZEVEDO, 2010, p. 18)

Kuhl (2015, p.01) corrobora com esta análise e complementa que, apesar dos “significativos esforços feitos para se definir o que é patrimônio industrial, estabelecer parâmetros cronológicos e elaborar registros e estudos com o objetivo de determinar o que e por que preservar” o tema permanece embrionário.

Um importante avanço para esse campo de pesquisa é a Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003, que contribui a síntese e a construção do entendimento sobre o Patrimônio Industrial.

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e *todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.* (TICCIH, 2003, p.03, grifo da autora)

A definição construída dentro do TICCIH amplia a própria delimitação do que se compreende como Patrimônio Industrial, que vai além das unidades fabris e produtivas e avança para todo o complexo de elementos relacionados à fábrica. Esta

ampliação torna-se essencial para a própria compreensão do processo de industrialização sobre os territórios.

Outro conceito que se dá sobre o Patrimônio Industrial, em âmbito nacional, é construído a partir reconhecimento do significado deste na vida e na memória dos trabalhadores e das pessoas que vivenciam este espaço.

O patrimônio industrial representa, portanto, o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. *Reveste-se de valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário.* Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade de sua arquitetura, de seu design ou de sua concepção. *Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, a suas estruturas, a seus elementos constitutivos, a sua maquinaria, a sua paisagem industrial, a sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e de suas tradições.* (AZEVEDO, 2010, p.19, grifo da autora)

A partir dos avanços sobre a compreensão do Patrimônio Industrial, o Brasil está em processo de desenvolvimento de seu conhecimento teórico, metodológico e prático sobre este campo. As iniciativas de pesquisa se dão, principalmente, em São Paulo, que não surpreendentemente é o estado mais industrializado do país. Neste, destacam-se as discussões acadêmicas e os esforços preservacionistas relativos ao patrimônio industrial, sendo o projeto pioneiro o “Mapa do Patrimônio Industrial” da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) que propõe registrar as estruturas industriais na cidade de São Paulo (ROSA, 2011, p.08).

Paralelamente a este processo de crescimento das pesquisas sobre o Patrimônio Industrial, tem aumentado gradativamente a relação de monumentos e sítios industriais protegidos, da mesma forma que a reutilização de edifícios industriais.

Alguns dos exemplos mais conhecidos são a antiga estação de trem da Luz (1867), que agora abriga o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo; a “Estação das Docas”, um espaço de cultura, comércio e lazer na cidade de Belém no estado do Pará, que consistiu na adaptação de quatro armazéns obsoletos do antigo porto do século 19; a fábrica de vinho de caju “Tito Silva e Cia” construída em 1892 em João Pessoa (Paraíba) atualmente usada como uma escola Municipal de formação para os jovens e adultos. Entretanto, o respeito ao valor cultural desses bens do

patrimônio industrial nas ações de reutilização é bastante discutível (ROSA, 2011, p. 08)

Todavia, o reconhecimento destes bens culturais, em grande parte, não está relacionado ao seu valor enquanto categoria do Patrimônio Industrial, mas enquanto monumentos de valor histórico e estético e sua própria relevância para na construção da história nacional.

Para contribuir ao fortalecimento deste campo de pesquisa, em 2004, formou-se uma representação brasileira do TICCIH, a qual têm como principais objetivos o apoio a iniciativas de salvaguarda do patrimônio industrial, a oferta de assistência especializada, a reunião de pesquisadores da área e a sensibilizar a opinião pública para o patrimônio industrial (ROSA, 2011, p.10).

Apesar deste contexto, a salvaguarda do patrimônio industrial ainda não se faz presente nas políticas públicas. A realidade é de um número ínfimo de unidades fabris e infraestruturas vinculadas a estas, reconhecidas protegidas pelos órgãos de proteção ao patrimônio ou pela iniciativa privada.

O Conjunto Habitacional Operário situado no bairro José Brandão, em Caeté-MG, se insere neste cenário, o qual o Patrimônio Industrial ainda é pouco reconhecido e, dessa forma, pouco evenciado, pricipalmente quando já inserido e integrado na malha urbana das cidades.

Este ambiente construído é constituído de memórias, não apenas do desenvolvimento industrial e teritorial do espaço onde se insere, mas das vidas operárias que se produziram e reproduziram dentro deste e, ainda, traz consigo “ o registro das experiências do trabalho industrial e dos trabalhadores” (ROSA, 2011, p.11). Em tempo, carrega valores diversos e se contitui como registro da propria transformação da paisagem industrial e operária.

O ambiente industrial se insere no interior do território urbanizado, ou mesmo, em alguns casos, constitui o próprio território urbanizado. O seu reconhecimento perpassa por questões identitárias e de memória da população que o vivenciou enquanto operária e que o vivencia enquanto lugar de vida.

A preservação dos espaços fabris é uma discussão em construção e que necessita de estímulos, que se iniciam com a ampliação sobre o conceito de patrimônio, mas é preciso o próprio reconhecimento e a promoção sobre o Patrimônio Industrial e sua

paisagem, que possibilite a ampliação e a valorização destes espaços fabris, não apenas enquanto registros históricos, mas como lugares da vida operária.

A seguir, é realizada a reflexão sobre a conservação do patrimônio industrial e sua relação com a população local e a vida cotidiana.

4.3 Reflexões sobre a dinâmica cotidiana citadina e os impasses sobre a conservação do Patrimônio Industrial em Caeté/MG

Uma das constatações resultantes do trabalho desenvolvido pelo urbanista Kevin Lynch pode ser apresentada na seguinte afirmação “a paisagem é marcada pela construção” (LYNCH, 2007, p. 239).

A partir deste pressuposto, inicia-se a discussão sobre *quem* são os agentes construtores da paisagem, *como ela é* construída e *para quem* se constrói. Estas três indagações buscam subsidiar outras indagações acerca da questão do Patrimônio Industrial, *para quem* é Patrimônio, *por que* e *para quem* preserva-lo.

Estas inquições serão trabalhadas a partir do objeto de pesquisa já como uma reflexão sobre o mesmo. A primeira premissa, sobre quem são os agentes construtores da paisagem, já foi ponto de discussão, desde a compreensão do lugar, ao qual pesquisamos, à própria análise das transformações presentes nesta paisagem. Logo, trata-se de reafirmar que esta é uma construção complexa, formada pela diversidade de agentes e grupos sociais e políticos que habitam e transformam a paisagem. Isso decorre, seja pela construção a partir do cotidiano da vida citadina e/ou através do planejamento e gestão urbana pelo poder público.

Acrescenta-se à esta discussão a perspectiva da imagem da cidade, a qual Dantas (2002) desenvolve, primeiramente, a noção de imagem como processo de representação da realidade, todavia dotado de mecanismos elementares capazes de a distorcerem. Trazendo esta noção para a cidade, o autor explica que “a imagem da cidade pode ser entendida como uma representação coletiva da realidade” (DANTAS, 2002, p.262). Em tempo, Dantas (2002, p.263) complementa:

a imagem da cidade é um *conhecimento* socialmente construído e que desempenha papel fundamental na construção da realidade do dia-a-dia, definindo o que a cidade foi, o que ela não foi, o que ela é, o que ela não é, tentando determinar o que ela será e o que não será no futuro. Dizer isso implica inicialmente colocar o processo de produção da imagem da cidade em um contexto histórico e, um segundo momento, requer o entendimento de como *conhecimentos*

específicos são produzidos, distribuídos e institucionalizados na sociedade.

A inserção deste conceito de *imagem da cidade* visa contribuir a discussão sobre *como* e *para quem* se constrói a paisagem. Realizando o paralelo, a paisagem, compreendida como diferentes formas de ocupações que transformam o ambiente em um determinado tempo, também é resultante da realidade. Contudo, há de se distinguir que esta, diferente da imagem da cidade, não se trata de uma representação, mas da própria construção desta realidade.

Não se pode perder de vista que esta construção, a escolha sobre as permanências e as transformações na cidade e em sua paisagem, não são escolhas deliberadas. Esta questão se vincula a uma escolha política, social e até estética, que envolve o conhecimento especialista, mas também uma construção social hegemônica que define os objetos históricos susceptíveis à conservação e permanência ou à transformação e substituição.

Distinguir *paisagem* e *Imagem da cidade* é necessário à medida que estas trazem respostas distintas quanto ao *como* e *para quem* são construídas. Dentro disto, o foco se dá sobre a construção da paisagem e, para este objeto de estudo, suas interfaces com o Patrimônio.

Para prosseguir, é necessário a distinção dentro do campo das políticas para o Patrimônio, de alguns modelos teóricos que possuem abrangências e ações distintas sobre os bens culturais.

O primeiro modelo é o da preservação, que explica Castriota (2009, p.155), possui uma concepção ainda baseada no conceito tradicional de patrimônio, em que atua sobre critérios da excepcionalidade, do valor histórico e estético e, principalmente, sobre os produtos da cultura erudita relacionados, via de regra, a segmentos sociais dominantes.

A Conservação, segundo modelo teórico, adota a concepção ampliada de patrimônio, a qual passa a inserir aportes de grupos e segmentos sociais excluídos da história de da cultura dominante. É neste modelo que se tem a inserção de elementos do “fazer popular” e “inseridos na dinâmica viva do cotidiano”. E ao se tratar da conservação urbana:

Nos parece fundamental o conceito contemporâneo de patrimônio ambiental urbano, matriz a partir da qual podemos pensar hoje a

preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos “excepcionais”, mas o próprio processo vital que informa a cidade. (CASTRIOTA, 2009, p. 159).

Nota-se que, os modelos apresentados se distinguem quanto ao patrimônio que se direcionam, devido a própria concepção adotada, e quanto as formas de ação sobre este, que complementa CASTRIOTA (2009, p. 160) “enquanto a preservação pressupõe a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão”.

Lynch (2007, p.246) elabora diversas críticas ao movimento de preservação, que envolve desde esta questão das escolhas históricas, a resistência à mudança, à grande especialização do campo e outras, como:

Podemos criticar o movimento de preservação histórica em três aspectos inter-relacionados: em primeiro lugar, pelo facto de frequentemente servir para desalojar as pessoas que vivem nas áreas a restaurar; em segunda lugar, por transmitir uma perspectiva falsa da história, purificada e estática (poder-se-ia dizer que é claramente sensata, mas também falsa); e por último, por que os valores nos quais se baseiam os critérios de preservação são estreitos e especializados. Além disso, a preservação em grande escala, prejudica a adequação a novas funções e impede a adaptação futura.

Lynch (2007) acrescenta que as mudanças contribuem ao sentido de história, nestas que se encontram os conflitos de valores, que conectam os processos do passado às transformações e aos valores contemporâneos, em vez de dissocia-los. Neste contexto, a conservação torna-se uma construção possível à paisagem e ao Patrimônio Industrial Operário.

Não se trata de conservar tudo, nem, tampouco, de demolir ou transformar radicalmente tudo. É inevitável e mesmo indesejável conservar tudo indiscriminadamente, e é necessário fazer escolhas conscientes, baseadas em conhecimento aprofundado, para que os bens mais significativos possam ser preservados e valorizados. Apesar de a preservação ter pertinência relativa – por ser seletiva e ato de um dado presente histórico -, nem por isso é ato arbitrário, por dever estar ancorada nas ciências, em especial nas ciências humanas (KUHL, 2015, p.05).

Se a paisagem é construída pelos agentes sociais e políticos que a transformam e a vivenciam, o (re)conhecimento deste ambiente enquanto Patrimônio ocorre também, no mesmo sentido, no qual o *para quem*, se designa aos mesmo agentes

transformadores, mas não apenas. Este reconhecido deve abranger o conjunto da sociedade sem perder de vista os que vivenciam cotidianamente, constroem, transformam.

Por fim, a análise realizada permitiu a verificação das transformações e permanências na paisagem urbana do Conjunto Habitacional Operário, possibilitou a distinção das diversas ações sobre o ambiente construído e suas recorrências. Permitiu o (re)conhecimento deste espaço urbano enquanto registro de um período histórico de industrialização, em suma, como Patrimônio Industrial.

O volume de transformações sobre esta paisagem são consequências da própria ausência de uma legislação urbana eficaz e condizente com a realidade deste espaço urbano delimitado pelo Conjunto Habitacional. Essa questão relaciona-se diretamente com o fato da região não ser (re)conhecida pelo poder público local enquanto área dotada de especificidades.

A paisagem expressa a própria legislação de uso e ocupação do solo que incide sobre este tecido urbano e, apesar das permanências quanto à forma das quadras e dos lotes, permite e possibilita todas estas mudanças sobre as edificações residências operárias.

Uma primeira iniciativa em termos de conservação deste espaço urbano é o tombamento, em esfera municipal, da Praça Getúlio Vargas, situada no interior do Conjunto Habitacional. Este processo de acautelamento surge da demanda local na intenção de conter ações como a construção da edificação residencial multifamiliar, ilustrada nas figuras 58 e 59.

Essa iniciativa expressa o desejo de uma parcela da sociedade que vivencia este espaço, contudo não se pode afirmar ou constatar que este seja um desejo do conjunto desta. A paisagem expressa justamente este conflito de interesses e ações sobre o espaço urbano.

Retoma-se que a conservação deste Conjunto Habitacional não deveria ser pautada apenas no acautelamento, mas numa perspectiva ampla de construção da paisagem enquanto instrumentos de equilíbrio e gestão.

Figura 58 Edificação residencial multi familiar inserida na paisagem do Conjunto Habitacional



Fonte: Autora, 2016.

Figura 59 Edificação residencial multi familiar inserida na paisagem do Conjunto Habitacional



Fonte: Autora, 2016.

E também como transmissora do sentido histórico, como explica Lynch (2007, p.247) “esta atitude implica uma celebração da mudança e dos conflitos de valores que acompanham a história. Significa ligar o processo do passado à mudança e a valores atuais, em vez de tentar separá-los deles”. E isto, ainda, implica “libertar as formas “corretas” das mãos dos especialistas e autorizar os diferentes valores dos utilizadores” (LYNCH, 2007, p.247).

Neste processo, cada um deles acaba por vislumbrar um significado mais profundo, por sentir uma continuidade mais forte. Os utilizadores até podem sentir orgulho por um local anteriormente opressivo, uma vez que trabalharam e sobreviveram nesse mesmo local. A modificação desse local pode exprimir tanto interligação como libertação (LYNCH, 2007, p.247).

A conservação torna-se possível não apenas com a formulação de políticas públicas para o patrimônio, mas a partir da sua associação à significação deste patrimônio pela população local, uma vez que incide diretamente sobre a vida destes enquanto agentes sociais. E a ação sobre este Patrimônio Industrial se desdobra na formação da paisagem, a qual a reação expressa será distinta de acordo com as decisões tomadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Patrimônio Industrial se faz presente e constitui a paisagem urbana em um número considerável de cidades brasileiras. Todavia, a sua conservação ainda é um processo em construção que necessita estímulos para sua valorização e (re)conhecimento.

As transformações sobre este ambiente construído são resultantes da própria mudança social, que traz para a população local novas necessidades e demandas da vida cotidiana. Sendo que, neste cenário as transformações possuem grande recorrência frente as reduzidas permanências, que apesar de restritas, contribuem na construção da legibilidade e identidade deste espaço urbano.

A conservação urbana deste ambiente construído como paisagem industrial perpassa pelo (re)conhecimento desta área como Patrimônio e, que deve ir para além da relação de registro histórico do período industrial do município de Caeté, mas tem que retomar o significado deste espaço para os trabalhadores fabris. Sua ressignificação deve passar pela valorização da vida operária e do papel desses trabalhadores enquanto construtores e agentes da formação do espaço urbano.

A memória e a identidade sobre este espaço se dão no âmbito coletivo, por tal, sua ressignificação e seu reconhecimento deve se dar da mesma forma. As transformações sobre este espaço, possivelmente, não irão cessar apenas através da implantação de uma legislação urbana ou um processo de acautelamento, essa construção deve se dar no interior das pessoas que vivenciam este espaço.

O sentido deste Patrimônio Industrial deve-se dar *pelas* pessoas e não *para* elas. A conservação da paisagem industrial deve ter significado, não apenas, mas principalmente para aqueles que constroem, transformam e vivem este espaço, para que também atuem em sua conservação.

A paisagem torna-se um importante elemento a ser evidenciado na gestão dos espaços urbanos, esta é expoente que evidencia as transformações e os conflitos sobre o território. Fortalecer a perspectiva da paisagem como elemento do planejamento urbano, das legislações e ações do poder público torna-se grande avanço à construção do urbano.

Dessa forma, construir a gestão da paisagem industrial de Caeté aponta-se como desafio ao governo local e a sociedade civil. E sua compreensão deve-se dar como

um *sistema* formado por diversos agentes sociais e políticos, que a medida de cada ação sobre esta tem-se uma reação resultante. Por isso, sua gestão não deve ser fragmentada ou parcial, mas pensada no conjunto *da e pela* sociedade.

O planejamento e a gestão desta deve conter formas de mediação e coexistência das transformações necessárias e das permanências desejadas. Isto, associado ao uso e à construção coletiva sobre as possibilidades de conservação desta *paisagem industrial*.

REFERENCIAS

- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. *Patrimônio industrial no Brasil*. n.3. São Paulo: USJT, 2010. P.11-22. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3esterezilda.-pdf>. Acesso 31 de março de 2017.
- BLAY, Eva Altman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.
- BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 1, p. 113-122, 1989.
- CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. *Anais Museu Paulista*. [online]. vol.16, n.2, p.47-104, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000200003>. Acesso 20 de janeiro de 2017.
- CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. In: Segundo Seminário de Patrimônio Agroindustrial, 2, 2010. São Carlos: UFSCAR, outubro de 2010. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Telma_de_Barros_Correia.pdf>. Acesso 01 de fevereiro de 2017
- COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. In: V Encontro Nacional da ANPUR, 5, 1993, Belo Horizonte. *Anais V Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1995. p. 420-430.
- COUTO, Beatriz. *TUTAMEIA: urbanização e controle em vilas operárias em Minas Gerais*. Belo Horizonte: 2017. No prelo.
- CONZEN, M. R. G; CONZEN, Michael P. Thinking about urban form: papers on urban morphology, 1932-1998. Oxford; New York: Peter Lang, 2004.
- CULLEN, Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- DANTAS, Ney. A produção da imagem da cidade. In: ZANCHETI, Silvio M. et al (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. UFPE/ Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa UFMG, 1981.
- ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. Disponível em: < http://www.estacoes-ferroviarias.com.br/efcb_mg_ramais/jbrandao.htm> Acesso em 06 de março de 2017.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GUNN, P., CORREIA, T.. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. V.7, set. 2011. Disponível em: <<http://www.unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/-index.php/rbeur/article/view/134/118>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CENSO 2010 - Produto Interno Bruto dos Municípios 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>> Acesso em 02 de maio 2016.

KUHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista IPHAN*. V.2, 2015 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/algumas_questoes_relativas_ao_patrimonio.pdf> Acesso 31 de março de 2017

KUHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio Industrial: algumas questões em aberto. *Revista USJT*, n.3 . São Paulo: USJT, 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/-numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf> Acesso 31 de março de 2017

LEITE, Maria Ângela F. P. Em favor da paisagem. *Paisagem e Ambiente – Especial Miranda Magnoli*. São Paulo: FAUUSP, n.21, 2006b, p.65-72.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982

LYNCH, Kevin. *A boa forma da cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do paisagismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP: CNPq: Laboratório da Paisagem, 1999.

MAGNOLI, M.M. Paisagem pesquisa sobre o desenho do espaço. *Paisagem e Ambiente – Ensaios I*. 2 ed. São Paulo: FAUUSP, n.1, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, n.6, p.36-55, jun./set., 1982. Disponível em:< http://www.fau.usp.br/saberes/wp-content/uploads/espaco_e_debates.pdf> Acesso em: 05 fev. 2017.

OLIVEN, Rubens George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

PEREIRA COSTA; Stael de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da escola inglesa de Morfologia Urbana. *Revista Paisagem e Ambiente*, n.33, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/90309>> Acesso em: 11 de janeiro de 2017

PEREIRA COSTA; Stael de Alvarenga; GIMMLER NETTO, Maria Manoela. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga; SAFE, Simone M. S.; CASTRO, Cleide. Reflexões sobre a Escola Italiana de Morfologia Urbana. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. *Globalização e Interdisciplinaridade*. Belo Horizonte: II CONINTER, 2013.

PIQUET, Rosélia. *Cidade- empresa: A presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PLAMBEL. *Plano de ocupação do solo no município de Caeté*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais/SEPLAN, 1977.

PLAMBEL. *Termo de referência de Caeté*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1982.

PLAMBEL. *Caeté: síntese dos diagnósticos setoriais*. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais/SEMETRO, 1990.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968

REIS FILHO, Nestor Goulart; MEDRADO, Ricardo Hernán. *Cadernos de pesquisa do LAP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n.19, maio-junho, 1997. (Série Urbanização e Urbanismo)

RESENDE, Marlon Sidney. *A construção do plano diretor de caeté e as (im) possibilidades à participação social*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SILVA, Érica Tavares; RODRIGUES, Juciano Martins. Metrópoles Brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n.120, jan. /jun. 2011. P.177-207. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/232> > Acesso em 17 de março de 2016.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads-publicacao/SerPesDoc1_Paisagem-Cultural_m.pdf> Acesso em: 02 de agosto de 2016

ROSA, Carolina Lucena. O patrimônio industrial: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011. Disponível em: < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais-14/1308189074_ARQUIVO_artigoANPUHCarolinaRosa.pdf > Acesso em: 31 de março de 2017

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SECRETÁRIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLITICA URBANA (SEDRU). *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Estudos Setoriais Integrados. Belo Horizonte: 2010. Disponível em: <<http://www.rmbh.org.br/>> Acesso em 05 de fevereiro de 2017

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). Carta de Nizhny Tagil - Sobre o patrimônio industrial. Junho, 2003. Disponível em: < <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>> Acesso em 31 de março de 2017

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Dois momentos do planejamento metropolitano de Belo Horizonte*: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VIANNA, Francisco José Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

ANEXOS

ANEXO A: Mapa do distrito Sede do município de Caeté em 1971.



Fonte: PLAMBEL, 1977.

**REDUÇÃO DA PLANTA TOPOGRÁFICA
DA
CIDADE DE CAETÉ
1971**

PROJETO MUNICIPAL SR. JAIR CARVALHO

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO
COORD. DE PLANEJAMENTO / ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL**

**SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE**

CAETÉ

POPULAÇÃO DO SOLO

Nº 2.303-OT-0001

VISTO	APROVADO	FEITO	DATA
ALTERAÇÕES			

ARQUITETO	ENGENHEIRO	DATA	CALCULISTA

DESENHISTA	APROVADO	DATA	FORMATO

PROJE TISTA	APROVADO	DATA	ESCALA

CONFERIDO	APROVADO	DATA	FOLHA

91